



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luisa Poeta Simões; -----

Estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, A Vice-presidente, Ana Machado e os Vereadores, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos.-----

O **Vereador Abílio Sousa**, não esteve presente.-----

Faltou o Deputado do PS, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, sem ter sido substituído. -----

Começou por cumprimentar todos os presentes e aos que acompanham por via digital. Expressou o seu reconhecimento a todos os cidadãos e a todos os partidos que participaram no último ato eleitoral, pela forma como ele decorreu, quer na campanha, quer no dia das eleições. Salientou que o civismo, é sinal de democracia e sublinhou positivamente a diminuição dos valores da abstenção.-----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de **2.º Secretário**, foi solicitada a colaboração da senhora **Deputada Elisabeta Necker**. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

1- Intervenção do Público

2- Período de Antes da Ordem do Dia;
Aprovação de Atas

3- Período da Ordem do Dia;

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2613-2022 [DAF] - relativa a Informação Semestral do Auditor Externo, propõe-se remeter para a Assembleia Municipal a Informação Semestral sobre a situação Económica e Financeira, emitida pelo Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual;

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2568-2022 [DAF] - Deliberação relativa a Proposta de fiscalidade municipal para 2023, propõe-se a fixação da taxa de IMI, incluindo a redução da taxa de IMI para as Freguesias do interior e para famílias com dependentes; - a fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC para posterior envio à Assembleia Municipal;

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2569-2022 [DAF] - Deliberação relativa a Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano 2023, Propõe-se à Ex.ma Câmara a aprovação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2023 e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 25º, n.º 1, al. a) e artigo 33º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais;

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2570-2022 [DAF] - Deliberação relativa a Aprovação dos compromissos plurianuais - Ano 2023, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2563-2022 [DAF] - Deliberação relativa a Alteração da Lista de Investimentos - Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 26.500.000,00 EUR, aprovação da alteração da lista de investimentos financiados pelo Empréstimo de Médio e Longo prazo, no valor de 26.500.000,00 EUR (vinte e seis milhões e quinhentos mil euros), nos termos definidos no n.º 2 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual;

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2324-2022 [UOSJ] - Deliberação relativa a aquisição dos terrenos para construção urbana, situados em Cavacos, Freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, pelo valor de € 1.305.800,00€ (um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

milhão, trezentos e cinco mil e oitocentos euros), aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a aquisição dos terrenos para construção urbana, situados em Cavacos, Freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, pelo valor de € 1.305.800,00€ (um milhão, trezentos e cinco mil e oitocentos euros);

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2405-2022 [DFP] - Deliberação relativa a Aprovação do Contrato-Programa a celebrar com a INFRAMOURA – Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M para o ano económico de 2022, para a promoção do desenvolvimento local e regional (nos termos da secção III do Capítulo III da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto) e de outros serviços qualificáveis como serviços de interesse geral (nos termos da Secção II, do capítulo III, do mesmo diploma legal), no valor de € 943.157,00;

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2406-2022 [DFP] - Deliberação relativa à Aprovação do Contrato-Programa a celebrar com a INFRALOBO – Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, E.M para o ano económico de 2022, para a promoção do desenvolvimento local e regional (nos termos da secção III do Capítulo III da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto) e de outros serviços qualificáveis como serviços de interesse geral (nos termos da Secção II, do capítulo III, do mesmo diploma legal), no valor de € 290.000,00;

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2476-2022 [DACP] – Para conhecimento relativo à Adjudicação da Concessão de Exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República em Loulé – Aprovar o Relatório Final fundamentado, a exclusão de Proposta, a Adjudicação, a Minuta do Contrato, designar o gestor de contrato;

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2137-2022 [DRU] – Para conhecimento relativa à Classificação da “CASA FARRAJOTA E RESPETIVO JARDIM ENVOLVENTE”, como Monumento de Interesse Municipal – Decisão final de procedimento;

Foram iniciados os trabalhos: -----

O **Presidente da Assembleia**, começou por cumprimentar todos os presentes e aos que acompanham por via digital. Referiu que vai ser um Sessão muito recheada de assuntos, se não conseguir terminar a sessão no limite das 4 horas, a mesma continuará no dia de amanhã, no mesmo sítio à mesma hora.-----

Informou que a Deputada Joana Guerreiro, 1.ª Secretária, pediu a suspensão do mandato por motivos pessoais e profissionais a partir de 9 de dezembro. A Mesa considera os motivos legítimos, e por isso o pedido de suspensão foi aceite por um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

período de seis meses, convidando de seguida a Deputada Elisabete Necker para a Mesa, como segunda secretária.-----

Mais informou que a Deputada Elisabeta Necker da bancada do Partido Socialista colocou à Mesa a questão de que a comunidade Romena gostaria de apresentar cumprimentos aos deputados através da apresentação de uma canção referente ao período festivo que se aproxima representando a expressão de uma tradição Romena no período do Natal. A Comissão Permanente da Assembleia foi unânime na aceitação da sugestão e cá estamos nós prontos para receber os elementos da Doina para a apresentação de cumprimentos e simultaneamente homenagearmos nós também esta comunidade tão presente no nosso concelho. A intervenção terá cerca de 6 minutos sendo ao mesmo tempo projetadas algumas imagens ou vídeos sem som alusivos aos festejos tradicionais da Roménia. A tradição representa a continuidade, nada mais, nada menos. O conceito de continuidade é por vezes difícil de ser entendido. Nem sempre a Roménia foi um único país. Em 1859 existiam três principados, Valáquia, Moldávia, Transilvânia. Eram territórios separados onde a maioria da população era Romena. Toda esta história agitada de separações e unificações deixou o povo muito apegado às suas identidades. Para não desaparecer dentro dos conflitos bélicos europeus o povo procurou o melhor espelho que podia usar, a tradição, principalmente nas tradições de inverno.-----

Um membro da Associação Doina, fez uma intervenção; -----

A Associação Doina agradeceu a todos os presentes e disse que celebram 15 anos de atividade e como forma de agradecer todo o apoio recebido até à data, gostaríamos de vos desejar um Bom Natal. Elementos da comunidade irão atuar canções natalícias e ao mesmo tempo poderão assistir à projeção de pequenas amostras daquele que é o Natal na Roménia. A Roménia celebra o Natal no dia 25 de dezembro. A maior parte do país é ortodoxa e por isso o calendário é o Juliano. Para o Natal, a Igreja Ortodoxa Romena optou por escolher o calendário cristão Gregoriano. A tradição manda que as crianças e os adultos cantarem cantigas de Natal com letras e músicas alusivas ao menino Jesus e ao Rei dos Magos, indo de porta em porta na esperança que as pessoas ofereçam dinheiro, frutas, nozes. Nesta época além das cantigas de Natal temos outros costumes ancestrais, o *plugusorul*, a *estrela* o *jogo da cabra*, o *jogo do urso*, em tradições bíblicas antigas e lendas pagãs. Festejamos o Natal com fé e esperança. Muito obrigada e espero que gostem".-----

Após esta apresentação um grupo constituído por 25 cantores com idades compreendidas entre os 4 e 50 anos, cantaram canções alusivas ao natal, decorrendo ao mesmo tempo imagens dos festejos natalícios da Roménia. -----

Terminado o momento musical, o **Presidente da Assembleia**, desejou um bom Natal ao grupo e referiu que a Comissão Permanente se compromete com uma visita a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Associação Doina, onde pensa retribuir estes votos de Boas Festas.-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1- Intervenção do Público;-----

Foi dada a palavra ao **cidadão José Neves**, que disse que hoje vem cá por um motivo que diz respeito a todos nós. O meu nome é José Neves, eu estou aqui em nome da Associação AMAP, estou aqui também como membro fundador do Movimento Cívico Voz. Quero deixar uma nota prévia, o que me traz aqui tem como foco e motivação única a promoção do território Loulé, bem como a defesa dos interesses dos louletanos. O que me traz cá é nada mais, nada menos que um assunto que está parado e tem a ver com a eventual instalação de uma lixeira nos Matos da Picota. Quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara porque ao suspender o PDM conseguiu de alguma forma protelar no tempo aquele problema. No entanto, este problema não está resolvido, este problema ainda é reversível e como tal impõe-se dar continuidade a uma sugestão do próprio senhor doutor Vítor Aleixo numa Assembleia-Geral no Monte Seco em que sugeriu que nós enquanto sociedade procurássemos uma alternativa para que instalando um projeto no local tornássemos irreversível o projeto inicial que era a instalação da lixeira. Seguindo essas palavras, tendo-as em consideração e achando que era determinante arranjar uma solução, debrucei-me com algumas pessoas sobre esta situação e chegamos à conclusão que de facto era necessário arranjar um projeto que fosse diferenciador e que de alguma forma valorizasse quem somos e o que temos. Por outro lado, chegamos à escolha de um projeto, projeto esse que era a construção e instalação de uma cidade desportiva no local, cidade desportiva essa que iria dar resposta a uma lacuna não do concelho de Loulé, não da região do Algarve, mas uma lacuna nacional. Nós temos tradições no desporto, há áreas em que somos os melhores do mundo, mas o que é facto é que Portugal não tem as mínimas condições para acolher equipas para estágio e, no fundo, beneficiar daquilo que temos de muito bom que é o nosso clima, que são os nossos hábitos, as nossas gentes. Eu posso referir a título de exemplo que o melhor pavilhão nacional que temos é o Pavilhão do Sporting que tem sensivelmente 2500 lugares, não cumpre sequer 50% das necessidades para organizar uma final mundial, por exemplo. Eu refiro-me a isto pois nós tivemos compromissos de federações, que se esta ideia for concretizada, teremos uma primeira final mundial que venha a ser levada a cabo. Isto leva-me aqui a chamar a atenção para todos, precisando da ajuda de todos, podemos aqui transformar aquele local num local de excelência, dinamizando assim todo o concelho, toda a região e todo o país. Ora bem, a cidade desportiva a que me refiro é uma cidade desportiva que na prática iria potenciar a zona envolvente, iria de alguma forma garantir o desenvolvimento de três Juntas de Freguesia, nomeadamente de Boliqueime, São Sebastião e Quarteira, e depois todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

as outras, trazendo um dinamismo ímpar já que este projeto tem condições para alavancar, projetar o nome Loulé a uma escala global. Destaco um detalhe muito simples, quando uma região recebe uma equipa para estagiar não recebe uma equipa de origem x, recebe uma equipa que tem jogadores do mundo inteiro, tem corpo técnico do mundo inteiro, tem corpo médico do mundo inteiro, ou seja, a mensagem é passada à escala global. Por isso, é absolutamente determinante para consolidarmos aquilo que nós somos, um destino turístico de excelência. Chamo aqui novamente a atenção para um outro detalhe. Estamos a falar de executantes de elevadíssimo poder aquisitivo e que naturalmente olhando para o anfiteatro, nós lá em baixo temos o triângulo dourado, eles estão num lugar privilegiado, olhando lá para baixo, a curiosidade fará com que visitem o local e automaticamente nós estamos a acreditar que muitos deles fixarão o local de residência, de habitação, serão clientes. Eu resumo aquilo que me traz cá é uma razão muito simples. Primeiro, vamos projetar o nome Loulé à escala global. Segundo, vamos valorizar as pessoas que vivem na área, as pessoas que vivem no concelho e que vivem na região. Terceiro, para que isto aconteça, ninguém consegue fazer nada sozinho, é necessário o apoio de todos. Eu aqui faço um pedido, a todas as pessoas que aqui estão sentadas, que esqueçam completamente os clubismos, as cores políticas, que abracem este projeto por uma razão muito simples, conseguindo e juntos conseguiremos os louletanos serão beneficiados, os louletanos vão agradecer-vos. Daí que eu peço, a todas as bancadas políticas aqui presentes, que se manifestem, que digam a sua opinião até porque se todos forem contra terei de cantar para outra freguesia. Faço um pedido ao Senhor Presidente Vítor Aleixo que nos conceda uma audiência para que em local próprio com tempo adequado possamos esmiuçar os detalhes deste projeto e mostrar-lhe o quanto positivo é este projeto para o concelho de Loulé.-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Eurico Antunes**, que disse que se apresenta com o boné Olhar Quarteira, programa criado pela Junta de Freguesia de Quarteira, como mentor da minha zona. Tenho conseguido com a minha participação resolver alguns pequenos problemas existentes. É um programa que me parece positivo estender a todas as freguesias do concelho. Eu não sei se as outras freguesias terão um programa semelhante, o que é facto é que com este programa podemos dizer a quem de direito o que está mal e as coisas vão acontecendo. Quero felicitar a Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente pela decisão de empreender a construção de um parque de estacionamento subterrâneo no local escolhido, espero que a Assembleia aprove os procedimentos necessários. Este parque com capacidade estudada e tarifário adequado às várias situações poderá servir para resolver os problemas dos comerciantes da zona, resolver o estacionamento dos residentes, inclusivamente do sítio dos Cavacos, a precisar de apoio aos peões na circulação em segurança. Na rua 25 de Abril tem havido atropelamentos por falta de passeios e desordem no estacionamento, com repercussão positiva na organização do trânsito e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

parqueamento à superfície, bem como proporcionar aos veraneantes que nos visitam a solução do estacionamento das suas viaturas sem se sujeitarem às multas de infrações que no passado têm acontecido. Tal parque deve prever os acessos a uma cota que acautele cheias e eventual tsunami. Deverá ter um estudo aprofundado das tarifas a aplicar de forma a viabilizar o seu uso fácil e a rentabilidade do investimento. Queria aproveitar para saudar o senhor comandante da GNR de Quarteira que teve a coragem e determinação de autuar muitos automobilistas, principalmente os que usavam os passeios para estacionar no verão. A falta de parqueamento justificava tais abusos. O verão gerava uma imagem de Quarteira muito desfavorável que forçosamente temos de combater. Quarteira tem de ser uma cidade de gente civilizada, onde se possa viver feliz. Coloco-me à disposição, como voluntário, para participar no desenvolvimento do processo dentro das minhas competências. Também para o arranjo do trânsito da Praça do Mar, necessário urgente face à breve conclusão do edifício público, me proponho colaborar como voluntário na definição do que penso que seria a melhor solução. Posso aqui afirmar que em todos os campos das minhas competências, a minha competência não é propriamente o discurso, mas a técnica de engenharia, eu estou disponível como voluntário, eu tenho a minha reforma e chega, para colaborar com a Câmara Municipal na definição dos projetos que melhor sirvam Quarteira e o concelho. É importante que os gestores deste concelho não atendam só ao litoral. O litoral gera muitas receitas, é certo, mas o interior não pode ser desertificado, porque se o interior ficar desertificado, nós vamos ter o mar de um lado e o incêndio do outro e isso não compensa. Nós temos de criar um concelho perfeitamente equilibrado onde desde o Alentejo até ao mar valha a pena viver.-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Hélder Faísca**, que disse que o traz cá é uma história pessoal. Venho falar na primeira pessoa que me aconteceu mesmo, mas antes de contar a história propriamente dita gostava de dizer que os CTT não funcionam bem. Não interessa saber porquê, nem qual é a solução, mas não funcionam bem e acho que todos sabemos disto. Há cerca de dois meses quando recebi as cartas para pagar a água e o gás dos meus pais tinha passado o prazo, tentei pagar no multibanco e não deu. Pensei, não tenho de me preocupar pois no mês seguinte vêm os dois meses faturados, não tem problema nenhum. No mês seguinte, passadas uma ou duas semanas, eu abri a carta do gás e tinha para pagar dois meses, paguei os dois meses e fiquei descansado da vida. Abri a conta da água, mas só tinha um mês e pensei o porquê de não faturarem os dois meses. Tinha uma carta da Câmara Municipal que era uma ameaça de execução fiscal por não pagamento de água. E eu não quis acreditar por não pagar um mês e receber uma execução fiscal. Liguei para o número de telefone disponível e a funcionária muito simpática explicou-me que a conta não era do mês anterior, era do ano anterior, era de julho do ano passado. Peço desculpa, mas eu acho que isto é qualquer coisa de surreal. Eu não paguei o mês de julho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

paguei agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, e em outubro ou novembro vêm-me fazer uma execução fiscal de uma dívida de há um ano e meio que nunca me tentaram cobrar? Passado um mês, por acaso, recebi mais uma conta do gás a comunicar para pagar apenas o mês em dívida e em letras pequenas a dizer se já pagou considere sem efeito. Uma empresa privada dá-me três oportunidades de pagar sem multa e a autarquia não dá? Eu fui pagar mais do dobro do que tinha para pagar em água. Eu acho que isto é uma falta de consideração aos munícipes, não sei o que se pode chamar a isto. Venho aqui perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se ele tem conhecimento disto ou o Vereador do pelouro, e já agora se me explicam para onde vai o dinheiro que eu paguei a mais. O que me aconteceu não foi só a mim, eu tenho conhecimento que aconteceu a várias pessoas. É evidente que a funcionária me disse que iria receber uma carta que iria ser executado fiscalmente. Eu recebi uma carta que tinha dívidas, mas ninguém me disse que eu tinha a dívida. Eu acho mesmo que é uma falta de consideração. Se uma empresa privada me dá três oportunidades para pagar, a Câmara só me dá uma e a segunda é para pagar o dobro? Eu paguei o dobro, é um jantar fora que não vou fazer, mas para muitas pessoas do município não é assim, pagar o dobro da água num mês. Penso que deve ser revisto alguma coisa neste procedimento.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que gostaria de responder ao primeiro interveniente da noite, o cidadão José Neves, dizendo que tenho todo o gosto de o receber em audiência o senhor com os seus acompanhantes para ouvir a proposta que têm para apresentar. Em segundo lugar, dizer-lhe que o assunto de utilizar aquele espaço para um depósito de resíduos está completamente morto porque há medidas preventivas em vigor que foram adotadas há cerca de um ano, têm a validade de dois anos com a possibilidade de prorrogar mais um ano. Aliás, a 23 de março de 2022 foi publicada em Diário da República a entrada em vigor das medidas preventivas que impossibilitam qualquer projeto ali. Não obstante isso, a empresa que tinha um requerimento para a utilização daquele espaço para aqueles fins, esse requerimento também foi analisado pelos serviços da Câmara Municipal e foi indeferido, portanto, quer por um lado, quer por outro, estamos a jogar em terreno seguro e fica aqui claro para os Senhores Deputados, para o público e para as pessoas que possam estar a seguir em casa, que não é possível. A Câmara Municipal felizmente em algumas áreas das suas competências tem ferramentas para poder inviabilizar aquilo que considera não servir o interesse público e até prejudicar as populações. É o caso, portanto, podem ficar tranquilos, mais uma vez reafirmo que não irá ali localizar-se nenhuma estação de tratamento e deposição de resíduos. Aliás, acho até que a empresa, segundo informações que tenho particulares, já terá abandonado esse projeto. -----

Passo a responder ao senhor engenheiro Eurico Antunes, para quem não sabe este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

senhor foi diretor do Departamento de Obras da Câmara Municipal de Loulé durante dois anos, e eu estava na Câmara Municipal e era eu que chefiava a sua equipa. Todos os seus contributos são bem-vindos, aqui na Assembleia, ou em outro fórum qualquer, quando esta noite decidirmos, espero eu que seja aprovada, de adquirir aquele espaço que nós conhecemos pelo Mercado das Quartas-feiras, vamos adquirir com um objetivo muito concreto, que disse muito bem, um deles é um estacionamento, mas é muito mais que isso, embora essa componente seja uma componente importante e iremos depois passar à fase de projeto e nesse contexto iremos ter a oportunidade de ouvir a sua opinião até porque é uma pessoa que vive ali há muitos anos, conhece bem o território e é uma pessoa que tem intervenção cívica que eu muito prezo e todos devemos prezar. Subscrovo e estou inteiramente de acordo e, portanto, fazer o que o senhor engenheiro fez hoje aqui, saudar a GNR que no verão teve uma ação meritória em Quarteira de penalizar e de multar aqueles automobilistas que não têm o mínimo de respeito pelas regras de convivência cívica e que estacionam o carro no primeiro buraco ou no primeiro metro quadrado que encontram. Sublinho, a GNR fez muito bem, eu associo-me ao seu reconhecimento, eu e muita gente de certeza que não gosta de ver Quarteira no verão como infelizmente a vemos tantas vezes, aquela rua Vasco da Gama, enfim, tantos lugares.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que se dirigiu ao cidadão Hélder Faísca, dizendo que durante o período da pandemia a Câmara Municipal de Loulé deixou de informar todos os munícipes sem exceção sobre os valores em dívida. Permitiu que todos os montantes em dívida ficassem pendentes de resolução para um momento pós-pandémico. A pandemia efetivamente durou muito mais tempo que a maior parte de nós imaginaríamos, sendo que no segundo semestre deste ano e após a maior parte das medidas COVID terem cessado, a Câmara Municipal de Loulé informou todos os munícipes sem exceção, com um ou dez meses, ou anos de dívida, de que teriam de liquidar esses valores e foi dado um prazo – eu não consegui confirmar com os serviços quantos meses foi dado o prazo após a primeira carta de informação, antes de partir para a execução fiscal. É verdade que quando há dívidas em relação a pagamentos à autarquia que quando não é liquidado em tempo útil os processos evoluem para execução fiscal naturalmente. Já agora e ainda bem que colocou a questão pois havia uma solicitação dos Senhores Deputados da Câmara Municipal faturar a água com base em leituras de dois em dois meses e foi feito um pedido das leituras do município scrom feitas mensalmente até pelas questões das variações e das flutuações dos valores de faturação de estimativas que seriam feitas e essa situação foi implementada no passado mês de novembro e, portanto, neste momento todos os pontos de entrega do município nos nossos munícipes são controlados mensalmente e faturados na proporção daquilo que é consumido.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2- Discussão e Aprovação de Atas;-----

Foi posta à votação a Ata n.º 11-2022. -----

A **Ata n.º 11 (Sessão Extraordinária Temática de 18 de julho de 2022)**; foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da Assembleia**, deu nota da conclusão do trabalho de revisão do Regimento feito pela Comissão Permanente. A proposta final da Comissão Permanente para a revisão do Regimento foi aprovada por unanimidade nessa mesma Comissão. Foi-vos enviada a 25 de novembro para análise e eventuais propostas de alterações ou sugestões até ao dia 12 de dezembro. De qualquer maneira eventuais propostas serão para discutir na primeira reunião da Comissão Permanente do próximo ano, todas as propostas que chegarem até ao final do ano serão ainda acolhidas. Devo dizer-vos que foi um processo muito metucioso e participado, sempre por consenso, sem uma única votação que não fosse a votação final de aprovação. Inicialmente pensámos fazer alterações pontuais, apercebemos que a própria legislação tinha evoluído muito no que diz respeito às competências das Assembleias Municipais, começamos a introduzir no próprio Regimento as novas competências que surgiram em diversas matérias e acabamos por pegar no Regimento no primeiro artigo e terminar no último. Foi um processo muito participado, como devem imaginar estão em jogo perspetivas diferentes do que deve ser o funcionamento da Assembleia Municipal. Conseguimos arranjar faróis comuns que levaram a que esta versão chegasse por consenso e unanimidade e com a qual contamos com apenas algumas alterações de pormenor no sentido de melhorar, mas evidentemente se vierem propostas de fundo elas serão estudadas. Em meu nome pessoal, quero manifestar a todos os elementos da Comissão o meu agradecimento pelo vosso empenhamento ao longo deste processo que não foi curto, mas que ponderado o resultado final penso que estão todos de parabéns e eu também. ----- Foi solicitado aos Deputados que integram os Conselhos ou Comissões em representação da Assembleia a informação semestral que o nosso Regimento obriga, bem como as reuniões efetuadas. Aqueles que ainda não responderam por favor respondam, repito, os que estão em representação da Assembleia, em Conselhos ou Comissões têm a obrigação estatutária de fazer relatório ao fim de 6 meses, portanto, estamos a pedi-lo apenas no final do ano. Consideramos o segundo relatório anual válido para este ano que está a terminar. Apenas a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, os deputados estão isentos de fazer porque a própria Comissão representa um relatório anual a esta Assembleia. Os deputados e cidadãos que estão em representação na referida Comissão não necessitam de fazer qualquer relatório. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Informação sobre Expediente e Requerimentos:-----

Pedido do BE, de uma informação escrita sobre o funcionamento das empresas do setor empresarial local, nomeadamente, Inframoura, Infraquinta, Infralobo, Loulé Global e Escola Profissional Cândido Guerreiro em Alte, que foi respondido e cuja resposta foi enviada a todos vós.-----

Pedido do PAN, de uma informação escrita sobre todas as instituições sem fins lucrativos que beneficiam de apoio por parte do município, sejam transferência de capital, programas de apoio, entre outros, tendo sido respondido e sido enviado a todos.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Moções;-----

Neste ponto não foram apresentadas Moções. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que antes de iniciar a sua intervenção, dirigiu-se ao cidadão Hélder Faísca, sugerindo ao município relativamente ao abastecimento de água. No caso da Inframoura funciona muito bem, porque se por acaso não pagarmos uma fatura no mês, no mês seguinte vem o valor com duas referências para pagar. Se calhar até pela questão dos CTT, seria algo para colocar nas faturas. Ou então algo ainda mais prático que é o envio das faturas por email. -----

Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse os louletanos relativamente a duas questões. Uma, no dia 14 de novembro deflagrou um incêndio no aterro de Vale da Venda e seis meses depois e vários dias de chuva seguintes continua a haver queixas sobre os fumos e os cheiros vindos do mesmo. O que quer que esteja ali depositado continua a contaminar o ar e as vidas de quem ali mora. No dia 5, o Vereador informou esta Assembleia que após uma visita técnica o proprietário tinha sido notificado para suspender a atividade e que a CCDR estaria a aferir a qualidade do ar e a realizar o levantamento do impacto ambiental. Gostaria de saber se já chegaram a alguma conclusão, se existe previsão para o fim daquele atentado sanitário e ambiental que ocorre desde junho. -----

A outra questão prende-se com uma recomendação por uma transição de fogos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

artifício silenciosos aprovada por unanimidade nesta Assembleia no dia 23 de maio. Considerando que está previsto para o dia 31 de dezembro um programa especial de Passagem de Ano em Quarteira, questiono se existirá fogo de artifício, qual a tipologia do mesmo e se já foram iniciados os procedimentos aprovados para que Loulé passe efetivamente a ser um município festivo, mas inclusivo e sustentável.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que a bancada gostaria de fazer duas questões bastante concisas. Primeira, gostaríamos de questionar o Executivo sobre qual é o ponto de situação sobre a auditoria externa que foi aprovada há sensivelmente um mês, se já foi lançado concurso público e se sim se podemos ter acesso ao caderno de encargos. -----

Segunda questão, questionar se a recomendação aprovada em Assembleia Municipal em abril de 2022 para a criação do Gabinete da Transparência e Combate à Corrupção se já foi concretizada e se podemos ter acesso aos relatórios que eventualmente possam ter sido concretizados.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que primeiramente quis felicitar a Roménia em dois assuntos, um às pessoas magníficas que estiveram aqui e que foi formidável e de valor. A outra pela própria Roménia ter ultrapassado Portugal, não estou a falar de futebol, estou a falar de economia. Não sei se é só mérito da Roménia ou se é do Primeiro-Ministro António Costa. -----

Importante também, até porque já começa a ser pessoal, o comunicado da Câmara Municipal, não do Partido Socialista, que faz referência à minha pessoa como deputado do PSD, que é verdade, mas como ex-CHEGA, eu posso ter cometido erros no passado, mas não me envergonho do mesmo. O doutor André Ventura também foi "ex-PSD". Eu só não percebo é o que esta questão tem a ver com os factos que foram revelados. Não tenho o discernimento para conseguir perceber. Os factos não foram construídos pelos denunciadores, muito menos por mim e muito menos pela bancada do PSD, que isso fique claro. Nesse sentido, acho que o comunicado foi inusitado e infeliz. Se falarmos do passado, já agora, porque eu acho que também não tem nada a ver, mas já que falamos do passado, eu também não sei o que é que tinha a ver se eu viesse para aqui dizer que o senhor doutor Vítor Aleixo também pelo PCP se formou na antiga União Soviética, em pleno regime de extrema-esquerda, onde essa ditadura até foi responsável por mais de 100 milhões de mortos. Não sei o que é que lhe ensinaram ou não, mas espero que não venha a praticar aqui no concelho. -----

Face às notícias, porque isso é que interessa, que não são por aí além, são notícias se calhar muito graves, eu pergunto para além do que já foi dito aqui pelo PSD através da Reunião de Câmara que foi apresentado e aprovado a auditoria, também pergunto se houve paralelamente um inquérito interno ou não porque sinceramente se calhar na qualidade de Presidente a primeira coisa face às notícias era de facto chamar os Senhores Vereadores e abrir um inquérito interno e até dizer a partir de agora se isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tiver consequências doa a quem doer e se não tiver consequências porque isto pode não ser um bluff, devemos pôr um processo contra a Cofina. Mas não, acho que isso não foi feito e por isso deixo aqui a pergunta se por acaso foi aberto algum inquérito interno nesta situação. Ao contrário disso, ouve-se dizer que se isolou no gabinete com um diretor de departamento e um chefe de gabinete e por coincidência o sistema informático esteve em baixo uma semana, gostávamos de saber essa razão, o porquê de o sistema informático ter estado em baixo uma semana, pode ser uma coincidência. Esta questão que saiu não é uma questão menor. Estamos a falar de incompetência grosseira ou corrupção, não existindo uma terceira opção. Atenção, que isto não é dito por mim, não é dito pela bancada do PSD, é dito por técnicos especialistas de dimensão nacional e, portanto, acho que isto politicamente deve ser resolvido e politicamente perceber o que é que realmente aconteceu e não estamos a falar da Justiça pois isso estará a ser tratado e averiguado por entidades próprias que não nos compete aqui na parte da política. Relembrar o Senhor Presidente que quando da última vez falou que eu deveria concretizar, acho que há aqui uma confusão dos papéis. Esta casa é composta por deputados e os deputados não têm que ser escrutinados, nem serem fiscalizados, aqui o Executivo é que está a ser escrutinado e fiscalizado e por isso é que o Executivo vem aqui e nós fazemos questões e terão de ser respondidas. Eu acho que quando diz que tenho de concretizar, sinceramente eu não vejo que tenha de concretizar nada, o meu papel aqui, como de qualquer deputado de qualquer bancada, é de fiscalizar e escutinar o Executivo e é nesse sentido que eu gostava que ficasse claro. Também foi falado aqui e fui advertido que estava a começar e pelos vistos está longe de terminar a invasão do portal de denúncia. -----

Eu sei que muitas vezes o Senhor Presidente ou algum Vereador não estar preparado para responder às questões que são feitas aqui, mas muitas vezes escudam-se dizendo que se reservam ao direito de responder por escrito. Eu sobre isto tenho apenas algo para pronunciar, é óbvio que nem todos podem estar preparados para responder às perguntas até porque as perguntas são feitas aqui, mas solicitava que numa outra Assembleia respondessem, não por escrito pois será um pouco falta de respeito pelas pessoas que estão em casa e o eleitorado pois nós quando estamos aqui sentados estamos todos a receber dinheiro e se fosse por cartas nós também fazíamos as perguntas por cartas e respondiam por cartas e escusávamos de estar aqui a gastar dinheiro. Por isso quando há perguntas complicadas penso que devem ser estudadas e respondidas na Assembleia seguinte e que não sejam por escrito, senão as perguntas seriam também por escrito.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que referiu em primeiro lugar, já que o Deputado João Ferreira mencionou que agradecia que não o definissem ou falassem o facto de ele ter sido ex-CHEGA, devo dizer que foi o partido Chega o primeiro a lamentar que tivesse sido feita essa colagem, logo no momento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apresentamos o nosso mal-estar com isso, pedimos, inclusive, ao Presidente da Mesa que passasse a mensagem ao Executivo ou a quem fez o comunicado que não tínhamos gostado minimamente da colagem feita de uma denúncia que o Deputado João Ferreira fez em relação à Câmara Municipal, que está por apurar, obviamente, mas não percebemos o porquê de fazerem a colagem dessa situação ao Partido Chega. Ainda por cima nós sempre demonstramos que estamos aqui para trabalhar, para dar o nosso melhor para a Câmara e para bem dos munícipes e das pessoas de Loulé e não entendemos o porquê de terem feito questão de mencionar essa situação e associarem o Partido CHEGA. Isso está em ata, mas quero que saibam que nós também fizemos questão de dizer que não fazia sentido essa colagem, pelo contrário, foi de facto de mau tom. -----

Na última Assembleia ficaram duas questões por responder por falta de tempo, não sei se o Senhor Presidente da Câmara se recorda. O Partido CHEGA, questionou a Câmara Municipal de estar a exercer o direito de preferência na aquisição de imóveis e perguntamos como estava a decorrer essa situação. Se está a consultar o mercado imobiliário para adquirir imóveis de tipologia T1 a T4, qual a tabela de valores em causa por cada tipologia e qual o destino dos mesmos, se para venda ou arrendamento e a que valores, se há um teto para as diferentes tipologias e se a Câmara Municipal está a exercer o direito de preferência na aquisição desses imóveis e que imóveis é que já adquiriu e para que fins.-----

A outra questão que ficou por responder por falta de tempo, foi em relação à ciclovia de Quarteira, nós perguntamos o que é que estavam a pensar fazer e qual o custo previsto para a recuperação da ciclovia de Quarteira. -----

Aproveito para perguntar ao Deputado João Ferreira porque é que o processo judicial relativo à Câmara Municipal de Loulé que foi colocado no Ministério Público em Évora e não onde supostamente ocorreram os factos que foi aqui em Loulé.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que respondeu à Deputada Sandra Castro dizendo que foi entregue em Évora pois foi uma informação que recebi de uma magistrada do Porto que Évora tratava deste tipo de assuntos de Santarém ao Algarve.-----

Foi dada a palavra a **Vereadora Marilyn Zacarias**, que respondeu ao Deputado João Santos sobre o Gabinete da Transparência. Dentro da Câmara Municipal temos o Gabinete da Auditoria Interna e Qualidade, sendo responsável por monitorizar o nosso Plano de Prevenção da Corrupção. É dentro deste Gabinete que se está a tratar todo este tema, nós estamos a monitorizar com os trabalhadores e com todas as atividades que passam na Câmara dentro do nosso gabinete. Já existe uma equipa de trabalho que neste momento tem mais quatro colegas e uma chefe, portanto, existe dentro da Câmara Municipal e é por este Gabinete que se tratará tudo o que é o tema da prevenção da corrupção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, que respondeu às questões da Deputada Ana Poeta do PAN. Sobre a questão da lixeira da Inertegarve, neste momento ela tem a atividade suspensa pela CCDR e tem um processo de contraordenação em curso, portanto, neste momento aquele local não pode receber qualquer tipo de resíduos, pode sim retirar, e o que sabemos é que foram feitas várias análises para saber a tipologia de resíduos que lá existem e qual o fim que o proprietário tem de dar ao mesmo, neste caso, o promotor. Neste momento a atividade está suspensa. -----

Relativamente aos fogos de artifício ainda não será este ano que teremos o fogo de artifício silencioso, nós recebemos a recomendação da Assembleia, mas ainda não será este ano. Quero referir também que uma recomendação sua no ano passado que nos referiu que aquelas plantas de Natal que eram colocadas, pois o município de Loulé já não adquiriu essas plantas este ano e está a implementar através de azevinhos, tal como foi sugestão vossa, por ser uma planta autóctone.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que rematando o que a **Vereadora Marylin Zacarias** disse pois desejava que isso ficasse clarificado de uma vez por todas. Nós não vamos criar um novo gabinete pois isso seria redundante e seria criar uma estrutura para funções que atualmente já estão a ser executadas no âmbito da orgânica da Câmara Municipal de Loulé. Portanto, Senhores Deputados, podem perguntar mais vezes pois já perguntaram mais que uma vez, a nossa resposta será sempre esta. -----

Relativamente à auditoria. Os acontecimentos tiveram lugar há cerca de um mês, o tempo passa depressa, mas é evidente que nós ainda não nos debruçamos sobre isso. A seu tempo iremos fazer um caderno de encargos, lançar um concurso público e será um processo que quando for organizado pelos serviços da Câmara Municipal de Loulé os senhores serão informados. Não é algo que tenhamos que fazer já a correr. Tomamos essa decisão, podíamos não ter tomado, mas como não tememos nada daquilo que fizemos, mas rigorosamente nada, dissemos imediatamente que sim, vamos abrir um concurso público e vamos contratar uma auditoria à contratação pública da Câmara Municipal de Loulé. Portanto, Senhores Deputados, compreendam que esta casa tem sempre tantas coisas para fazer e não é como tratar de contratar autocarros porque os meninos não podem ficar sem transporte porque a escola vai começar em determinada data, não é propriamente dessa natureza.-----

Relativamente ao comunicado que fizemos, nós elencamos um conjunto de argumentos que nos pareceram razoáveis, nada daquilo que dissemos, achamos nós, não corresponde a factos, à realidade, e como os senhores decidiram começar a campanha política para as próximas eleições autárquicas nós fizemos um comunicado com um pendor mais político porque compreendemos que o desejo de voltar a governar este município, aliás legítimo, é muito grande, começaram a trabalhar muito cedo. Temo que tenham começado da pior maneira possível porque ao envolverem-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

se na construção de uma campanha com grande apoio mediático, daquela maneira e com aqueles factos, não sei, o tempo dirá, mas eu pessoalmente, permitam-me expressar a minha opinião, é que não começaram bem. Mas isso é o vosso papel, vocês são livres de fazer o estilo de oposição que quiserem. Começaram daquela maneira ao lançar uma onda de suspeições assentes no mau conhecimento do que é um procedimento porque se soubessem como é que os procedimentos se fazem na Câmara Municipal de Loulé não teriam, eu digo teriam, pois a vossa associação às notícias que vieram na comunicação social quer na revista Sábado, quer depois às peças televisivas, os senhores estão intimamente ligados até porque o Senhor Deputado João Ferreira é uma das figuras centrais em todas aquelas peças, como todos tivemos oportunidade de assistir. Aliás, tem parte ativa em tudo aquilo, desde entregar matéria ao Ministério Público, de prestar declarações e todo o papel que tem tido. Por isso permitam-me que faça esta associação que eu acho que, digamos, um ataque através dos meios de comunicação social que, enfim, têm responsabilidade de primeira ordem. Mas isso, como eu disse, é uma escolha política vossa e só a vocês vos responsabiliza. Quanto aos três factos que lá são mencionados nessa peça, Senhor Deputado, volto a dizer como dissemos no comunicado, não tememos rigorosamente nada. A lei da contratação pública foi rigorosamente aplicada, foi um ajuste direto onde foram consultadas três entidades e, portanto, de acordo com o ajuste direto ganhou aquela empresa que apresentou a melhor proposta. Os outros foram dois concursos públicos, Senhor Deputado, que como sabe são colocados numa plataforma eletrónica, concorre quem quer, porque esse é o direito das empresas que existem e colocamos os serviços que pretendíamos contratar e atribuímos às melhores propostas e aquelas que o júri decidiu atribuir. Nós estamos absolutamente tranquilos, à força de repetir estas expressões elas têm pouco valor, mas na verdade mesmo assim digo, nós não tememos. Quando chegar o momento, o Ministério Público há de inquirir-nos, nós havemos de responder e aqui estaremos para justificar tudo aquilo que fizemos, que fique bem claro. Agora que queira fazer disto um tema recorrente, Senhor Deputado, vamos dar tempo, não tencione alimentar este debate que considero um debate que assenta em premissas meramente eleitoralistas quando ainda estamos a cerca de três anos das próximas eleições. E mais, não é que não o possa fazer, mas coloca em causa a honorabilidade das pessoas, sabe que eu prezo muito a gestão transparente da Câmara Municipal de Loulé, essa é talvez uma das imagens de marca deste Executivo. Por isso é que eu lhe disse e volto a dizer, e repito, quando lhe peço para concretizar, é que o Senhor em vez de fazer afirmações que dão a entender que, criam uma ideia de suspeição, eu digo Senhor Deputado faça afirmações concretas, traga-nos casos concretos que tenham chegado por ventura ao seu conhecimento de que haja na Câmara Municipal de Loulé atos praticados que configurem corrupção, que eu serei o primeiro e não seria a primeira vez, digo-lhe, serei o primeiro a imediatamente chamar as autoridades com competência na matéria para investigar. Eu não tenho nenhum problema nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aspeto, por isso lhe digo e repito concretize, Senhor Deputado. Quando tiver casos faça o favor, traga-nos ao conhecimento. -----

Quanto às respostas escritas, Senhor Deputado, quando nos fazem uma pergunta há de concordar comigo, acho que sim que concorda facilmente, que nós não temos o conhecimento de tudo e, portanto, não há resposta mais sólida, porque é pensada, do que uma resposta escrita, ou não me diga que as respostas escritas não servem? Se me disser isso, desculpe lá, eu digo-lhe que essa é a melhor resposta. Portanto, pode fazer a pergunta oral, pode fazer a pergunta escrita, faça como quiser, pode enviar por email, mas nós reservamos o direito de responder daquela maneira que nós considerarmos mais adequada. E não nos deve censurar por isso, deve censurar-nos é se nós não respondermos. Agora desde que o Senhor tenha uma resposta, está cumprido, vocês perguntaram nós respondemos, acho que não há aqui nada a apontar a ninguém. Nem vocês que perguntam, nem nós que respondemos que é a nossa obrigação. -----

À Senhora Deputada Sandra Castro, quero-lhe dizer que a Câmara Municipal de Loulé tem até 2030, de acordo com a sua estratégia local de habitação, tem de encontrar 1.400 soluções, isso significa adquirir, significa construir, significa alugar, enfim, há toda uma série de possibilidades à nossa disposição, mas a verdade é esta, até 2030 em linha com o acordo que estabelecemos com a tutela governativa do Governo da República nós temos de encontrar 1.400 soluções. Há de compreender quando aparecem no mercado frações à venda que nos chegam ao nosso conhecimento ou porque fazemos consultas ao mercado ou que nos enviam ou porque aparecem à venda nas diferentes operadoras imobiliárias que nos chegam ao nosso conhecimento, se nós entendermos que aquela fração tem um preço que se encaixa na avaliação da Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal manda avaliar por um perito oficial, nós não compramos fora de balizas que são definidas por lei, nós não fazemos isso e, portanto, se encaixar e se percebermos que está ali uma boa casa para atribuir a um professor, para atribuir a uma pessoa que vive em condições muito más, tem as características para, então nós vamos exercer o direito de preferência porque se não o fizéssemos seria perder mais um fogo e Senhora Deputada há tanta gente a precisar neste momento de casa neste concelho, todos nós sabemos disso e, portanto, aquelas oportunidades que nós tivermos e de acordo com as ferramentas legais que temos poderemos adquirir, nós vamos adquirir Às vezes há situações muito particulares que nós também ponderamos, nós também não queremos nesta aquisição, há de facto situações muito particulares. Não é que isto seja uma regra de aplicação dogmática e religiosa, não é, portanto, cada caso é um caso nós ponderamos, se considerarmos que é de adquirir, então exercemos o direito de preferência. Até agora foram quatro e só exercemos o direito de preferência se a outra parte é uma imobiliária, quando são particulares não. E mesmo assim depende das avaliações. Nós perseguimos o interesse público, nós temos uma enorme carência de habitação para muitas pessoas, e agora que temos esta oportunidade, ainda por cima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

temos a ajuda do PRR, muito dinheiro do PRR é para subsidiar as Câmaras Municipais de todo o país para adquirir habitações para pessoas carenciadas no âmbito do Primeiro Direito. É claro que vamos fazer isso, essa é a nossa política, e nós vestimos essa camisola, só temos pena de uma coisa, é de isto demorar tanto tempo, e há tanta gente à espera em desespero, essa é a pena que eu tenho, sinceramente. Mas naquilo que pudermos nós aceleramos e fazemos o mais possível para encontrar uma casa decente e digna para cada família que precisa, que viva e que cumpra os requisitos aqui no concelho de Loulé. -----

Sobre a ciclovia, nós estamos a reabilitar, ela está degradada, vamos encontrar uma outra solução, mas basicamente é para ser recuperada e todo o pavimento vai ser repostado, porque nós temos estatísticas que demonstram que muitas pessoas que vivem em Quarteira e que no âmbito das suas deslocações para trabalhar, para fazer compras, até para passear com os seus filhos, gostam de andar de bicicleta. A ciclovia que foi muito contestada no princípio, mas que depois se demonstrou que está a prestar bons serviços de qualidade de vida à cidade de Quarteira, nós vamos reabilitá-la e vamos continuar com ela e fazer mais. Até porque agora, Senhora Deputada, já temos mais feitas em Vilamoura, na própria Quarteira e, portanto, aquilo que não foi bem compreendido ao princípio pelas pessoas porque era aquele bocadinho, porque era este o programa que nós tínhamos de acordo com o apoio que tínhamos do Fundo Ambiental que nos subsidiou, foi por isso que começamos a fazer ali, mas agora as coisas começam a ganhar coerência, porquê? Porque a seguir aquele bocadinho, vem outro, e depois já liga a outro que já existia em Vilamoura e as coisas começam a ganhar continuidade. Portanto, nós fazemos a transição que tanto desejamos de uma transição de mobilidade de base energética que polui, que liberta CO2 para a atmosfera, para uma mobilidade que é muito mais adequada às necessidades ambientais e até da própria saúde das pessoas. Estamos absolutamente convencidos que estamos a interpretar bem o interesse público, estamos a fazer bem e vamos continuar neste caminho de fazer mais ciclovias no concelho de Loulé.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que queria questionar a Câmara sobre o seguinte. Na rotunda da Vila Sol já plantaram as plantas de Natal que o Senhor Vereador Carlos Carmo diz que não existem. Portanto, eu pergunto se a Câmara Municipal não transmite instruções às empresas municipais das recomendações da Assembleia Municipal. Que saiba a Vila Sol pertence ao município, embora seja gerida por uma empresa municipal pertence ao município. As empresas municipais não se podem sobrepor ao município e às orientações da Assembleia Municipal. -----

O Bloco de Esquerda fez um requerimento a 18 de novembro de 2022 solicitando informações sobre as empresas municipais, nomeadamente, sobre o regime de exclusividade que era exigido aos Presidentes dos Conselhos de Administração e se haveria autorização para o exercício de atividades. A resposta chegou hoje, o que agradecemos desde já,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

como tal não tivemos tempo para estudar e após a análise da mesma voltaremos ao assunto. No entanto, segundo uma resposta, há um presidente de uma empresa municipal, que é a Infraquinta, onde o seu presidente exerce outra atividade fora da que deveria estar. A lei permite que tenha outra atividade, desde que não seja dentro do horário da exclusividade. -----

Gostaríamos de saber quais as alternativas que estão a ser criadas em Loulé relativamente ao estacionamento. Como sabemos, junto ao Tribunal há uma parte asfaltada que está sempre cheia e depois há um outro que é um lamaçal e com esta chuva é difícil lá estacionar. Havia um terreno, mas de repente deixou de haver terreno e a Câmara Municipal ao longo de 12 anos não foi capaz de arranjar uma alternativa e agora não há estacionamento em Loulé, na parte sul. Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara o que se pensa fazer em termos definitivos, não é andarmos à procura de baldios para meter estacionamento, para resolver esta situação pelo menos num tempo de médio prazo.-----

Gostaria de convidar o Senhor Presidente para nos acompanhar num dia de chuva para apanharmos o autocarro no Terminal em Quarteira. Realmente penso que deveríamos todos ir lá num dia de chuva apanhar o autocarro pois aquilo é uma imagem que nós temos muito boa de Quarteira. E não se vê quer em termos de orçamento municipal, quer em termos de estratégia do município não vemos solução para aquele caso. -----

A ciclovia já foi respondida, mas gostaria de saber que foi prometido o início das obras em novembro, salvo erro, da outra parte da Avenida Mota Pinto. Gostaria de saber quando é que as obras avançam.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que ficou surpreendido com uma situação, mas não vou responder por escrito, vou responder pois não tive tempo para perguntar à bancada se estou autorizado a agradecer ao Senhor Presidente por querer sugerir a agenda do PSD, mas sei que não vai ser aceite pois ela compete à Comissão Política do PSD de Loulé, não compete ao Senhor Presidente. Agora isto não se trata de campanha, até porque percebeu, pois, são três anos antes, mas uma coisa é certa, como Deputado, como bancada, não é política da nossa bancada que seis meses antes começamos a acordar. O papel é desde o primeiro ao último dia dos deputados aqui escrutinarem e fiscalizarem a Câmara Municipal. Às vezes fico com a ideia que os factos são falsos, mas é assim, os factos não foram construídos nem pelos denunciadores, nem por mim que me fizeram chegar, nem à comunicação social. Os factos foram construídos por pessoas que tem no Executivo, não estamos a falar de outra situação. Nesse sentido, só fica registado que esclareceu, não poderíamos deixar isto em branco porque aconteceu essa situação, eu sei que seria porreiro agora vir a uma Assembleia que se pode discutir este assunto e este assunto passava em branco e não falávamos e continuávamos todos a dar as mãos e a cantar e era tudo muito giro, mas não. A nós parece-nos que não é, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

palavras de pessoas a nível nacional, especialistas. Agora se são factos ou não são factos, eu tive que fazer chegar porque me fizeram chegar à mão, fiz chegar ao Ministério Público, mas também fiz chegar à Mesa. Eu não fiz chegar a todos pois isso seria uma falta de respeito à Mesa e eu não o faço. A Mesa não divulgou por reserva que poderia ser segredo de justiça, bom, a única coisa que eu posso dizer é que são documentos que me fizeram chegar que fazem partes de entidades, é público, estamos a falar do Base.gov. Respeito, como é óbvio, a decisão do Presidente da Mesa, mas quando for libertada essa informação pois verão que são situações públicas, não são situações de segredo de justiça.-----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que uma vez que foi referido pelo Senhor Deputado de ter enviado a documentação à Mesa e para o Ministério Público, quero efetivamente confirmar que isso se passou, que essa mesma informação foi discutida em sede de Comissão Permanente da Assembleia onde todos os partidos representados por unanimidade concordaram que enquanto não viesse a resposta do Ministério Público sobre se essas matérias estavam ou não em segredo de justiça que não deveriam ser divulgados. Aliás, eu posso dizer que eu próprio não abri os ficheiros que vinham no email do Deputado João Ferreira e também não os encaminhei para os elementos da Comissão Permanente, como sabem, nem para a Mesa. Simplesmente dei conhecimento à Comissão Permanente e discutimos o assunto em sede de Comissão Permanente. E, de facto, perante os dados disponíveis houve unanimidade em aguardar pela resposta do Ministério Público que no mesmo dia que me chegou o email do Deputado João Ferreira foi enviado para a o Ministério Público de Évora a solicitar informação se efetivamente essa matéria se encontrava ou não em segredo de justiça. Até ao momento ainda não obtivemos resposta, mas, no entanto, um dia destes partilhei com o grupo da Comissão Permanente uma notícia que em situação semelhante o Ministério Público tinha determinado o segredo de justiça do processo. Aguardemos, temos de ter serenidade nestas situações, a posição da Comissão Permanente também foi unânime no sentido de preservar a presunção de inocência nestas situações e não abdicar das nossas competências fiscalizadoras no que diz respeito à atividade do município. Portanto, foram as três grandes linhas, aguardar a decisão do Ministério Público, não prescindir nem das capacidades e das competências da Assembleia Municipal para fiscalizar a atividade do Município, nem abdicar da presunção do direito de inocência que é uma coisa, como sabem, tem salvaguarda constitucional.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que a sua intervenção neste período se referia a uma nota sobre o não se gastar tempo, estamos aqui pagos pelos nossos munícipes com uma senha de presença e é neste sentido que não tem a ver com o não se debaterem as questões, o não fazermos o devido debate das matérias quer da oposição, de acordo com o nosso regime democrático que muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

prezamos e que muito temos de defender, mas gostaria de dizer que se fossemos sintéticos nas questões seguramente terminaríamos o nosso trabalho hoje e não viríamos amanhã gastando o dinheiro dos nossos munícipes, como foi dito pelo Senhor Deputado. E pegando também nesta questão, queria dizer ao Senhor Deputado que o comunicado que eu li da Câmara Municipal é um comunicado que fala em factos reais. O percurso político, e nós estamos sujeitos ao escrutínio político, conhecido oficiosamente de dois ou três, com todo o respeito foi o que ouvi falar e nada impedindo a intervenção cívica do cidadão consoante a consciência política nos diferentes partidos. Eu por acaso já estive num, estou neste agora e vou morrer aqui, já não vou sair daqui, mas é uma questão pessoal, como disse. O meu apelo aqui, para fechar a primeira parte da minha intervenção, tem a ver com a nossa postura de situação e de oposição, a bancada que sustenta o poder, a quem neste momento não encontramos mácula, quem não deve não teme, as circunstâncias foram explicadas, outros órgãos, nomeadamente a magistratura, agora o que se pede à oposição, penso eu nestes anos todos que temos de democracia, nesta República é que fizéssemos todos política com ética e com verdade. Penso que a prática política de se estar a fazer uma guerra, de fazer uma oposição muito agressiva não dá resultados, vejamos, enfim, os 12 anos deste mandato, o que foi este percurso, os dois mandatos que terminamos e este, reporto-me ao exercício do meu partido, o Partido Socialista. E penso que o resultado da oposição de fazer uma oposição muito agressiva, gerando algumas desconfianças, pondo em causa a honra e o bom nome dos membros do Executivo, os nossos cidadãos não aceitam isto. E vejamos até o resultado deste último ciclo. Estou a dizer isto e estive muitos anos na oposição. E esta experiência leva-me a dizer isto com alguma humildade, mas com um sentido democrático na responsabilidade, na ética e na verdade. E penso que devemos ser positivos. Eu fui deputado municipal quando o PSD estava no poder e nunca me abstive a dar contributos para quem estamos a servir, os nossos concidadãos. Quero terminar apelando a que o nosso trabalho seja produtivo, objetivo e sejamos algo sintéticos. Eu vejo o canal da Assembleia da República e lanço esta última questão, porque é que os cidadãos se afastam da política? Quem é que consegue estar a almoçar e a olhar para o canal da Assembleia da República? Os senhores deputados legitimamente, não ponho em causa, mas a forma agressiva de mandar a baixo. Eu não queria contar aquela história, irei contar se estiver aqui até ao fim, da francesa e dos caranguejos em Quarteira. Não é depreciativo para Quarteira. Estava um pescador a pescar caranguejos, uma senhora francesa passa e diz “então, não tem medo que os caranguejos fujam?”, “Não, os caranguejos são portugueses, se um sobe, o outro puxa para baixo.” Digo isto com alguma humildade e é isso que ofereço dizer. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que em relação ao uso do tempo, eu acho que cada partido tem o seu tempo e cada um deve usá-lo como achar que deve usar. Todos têm direito a falar e o que é pertinente para uns,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pode não ser para outros, mas o deputado é que sabe os assuntos que quer trazer aqui. Nomeadamente em relação a isso podem achar perda de tempo, mas para nós não é, e por isso gostaria de mais uma vez, peço desculpa, mas quem sente não é filho de boa gente, que o Senhor Presidente me elucidasse, posso ter percebido mal e se assim for peço desculpa, entendi que o Senhor Presidente Vítor Aleixo disse que permite fazer a associação, eu só não entendi se a associação que se referiu fazer foi do PSD e do CHEGA? É só isto que eu quero que fique bem delineado e que me responda. OK, ao PSD, porque nós não temos qualquer associação. É só isto que quero que fique bem definido, até porque nós, Partido CHEGA, defendemos a separação de poderes e essa separação é inviolável e o que se passou achamos que deve ser tratado em sede própria, não corroboramos com o que foi feito, de todo, como todos sabem o Partido CHEGA é completamente contra a corrupção e quando há alguma coisa em questão, se houver, terá de se avaliar, não é o que está aqui em causa, foi apenas uma suspeição. Na nossa opinião não deveria ter sido levada como foi, para a comunicação social, de todo, por isso nós não corroboramos com isso e ficamos tristes, mais uma vez, quando percebemos que no comunicado de imprensa colaram o deputado que fez o que nós não concordamos, ainda por cima, nunca fomos tidos, nem achados na situação, e colaram o nome desse deputado ao Partido CHEGA. Não gostamos e ficamos tristes com a vossa atitude e tinha de o dizer pois é aquilo que pensamos.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse para completar um pouco sobre o raciocínio que o Senhor Presidente fez há pouco, de facto no que toca a campanha eleitoral, se começamos mal ou se começamos demasiado cedo, nessa componente nós não entendemos dessa forma uma vez do que se trata aqui não é de campanha eleitoral, Senhor Presidente, aquilo que se trata é de questões de seriedade de uma natureza tal que elas não possuem timings específicos, agora seria sim de bom tom que realmente que a Câmara Municipal, enquanto instituição que é, pudesse preservar a forma institucional dos seus comunicados porque se é para fazer comunicados com teor político pode muito bem utilizar a bancada do PS ou a Comissão Política do PS Loulé.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **António Farrajota (CDS)**, que disse que em primeiro lugar queria manifestar um grande agrado pela exibição que aqui foi feita pela associação romena que nos trouxe um bocadinho nesta sessão este espírito natalício e queria também cumprimentar o Executivo camarário que eu não sei se teve alguma coisa a ver com a disposição das luzes na cidade, mas hoje vi pela primeira vez e achei que estavam de acordo com a época, gostei.-----

Para sair um pouco daquilo que tem sido exposto até agora, pedir ao executivo camarário que prestasse mais atenção, se me for permitida esta expressão, à pintura das passadeiras, à sinalização rodoviária, nomeadamente, das lombas que não estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sinalizadas. Estão sinalizadas as passadeiras, mas não estão sinalizadas as lombas. O que vou referir já foi referido pela colega do lado, que era a utilização do tempo. Pois, se vamos esgotar o tempo e se vamos passar para um dia seguinte pois não temos tempo, então se reduza a um sumário a tratar das Assembleias Municipais. O tempo está estipulado por requerimento e obedece ao regimento que por nós foi aprovado, se foi aprovado agora não podemos vir retirá-lo. Até que haja uma revisão do regimento para retirar tempo ou aos partidos, às bancadas, ou reduzir o tal sumário das Assembleias Municipais. Parece-me a mim que isso seja lógico. -----

Foi dada a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, que disse que sobre a obra que está em curso, como estava a ser dito aqui em *off*, da ciclovia em Quarteira, da requalificação, que quem passar neste momento na Avenida Mota Pinto pode reparar que estão a ser feitas intervenções nas passadeiras, começou-se por essa área e isso faz parte da empreitada que está em curso para a requalificação dessa avenida e, conseqüentemente, a requalificação da ciclovia.-----

Agradeço essa informação que nos trouxe sobre as plantas de Natal, de facto não demos essa informação às empresas municipais, mas ficará registado que no próximo ano a mesma será dada para que se cumpra aquilo que seja a recomendação, e eu ressalvo a recomendação, desta Assembleia.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que respondeu ao Deputado Carlos Martins, concordamos inteiramente que o estacionamento é um problema muito crítico a afetar a normal vivência da nossa cidade, aliás, é um problema não só de Loulé, Quarteira também tem esse problema, bem como Almancil. Relativamente a Loulé, a questão que me foi colocada diretamente, nós para além de projetarmos neste momento a duplicação do parque de estacionamento na Avenida Laginha Serafim, na zona da Moura Cássima, o parque vai ser duplicado para nascente. Na freguesia de São Sebastião para responder à pressão criada pelo arranque daquelas obras, na rotunda que tem a escultura da Nossa Senhora da Piedade, perto do Convento de Santo António, há ali um terreno com uma dimensão apreciável, vai ser preparado nos primeiros dois meses do próximo ano, em fevereiro, pois precisamos de preparar as coisas, de contratar quem faça os trabalhos, e iremos ali arranjar lugar para cerca de 70 lugares. Mais abaixo, contactamos o proprietário do terreno mesmo em frente ao Convento de Santo António, o terreno onde se faz hoje o Mercado dos Sábados, chegamos a acordo, vamos poder dispor daquele terreno durante alguns anos e vamos poder dar a utilização de estacionamento. Como todos nós conhecemos, é um terreno com dimensões apreciáveis e vai conjuntamente com o outro terreno ajudar a resolver o problema. Aliás, o que eu estou a dizer já disse a comerciantes que vieram e foram recebidos na Câmara Municipal de Loulé e que lhes dei estas explicações todas. Há também outra situação, contactei a empresa Lidl, que dispõe de um terreno que tem também uma área bastante boa, na rua Humberto Pacheco, na rua do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cemitério, e também colocaram à nossa disposição o terreno para que fosse remodelado e pudéssemos arranjar lugar para estacionamento. São três situações que julgo que em meados do próximo ano, espero eu, contando até já com alguns percalços que acontecem sempre quando fazemos pequenas obras e estamos a falar de pequenas obras, que podem acontecer. Esperamos que até ao Verão nós possamos ter este problema resolvido para já. Quanto a medidas mais estruturais, pois eu acho que Loulé precisa de um estacionamento com outras características mais permanente, estamos ainda a estudar esse problema porque ainda não encontramos um terreno que nos satisfizesse plenamente em termos de localização e características para podermos orçamentar um estacionamento com essas dimensões. Mas quem sabe, isso é algo que discutimos entre nós, se Loulé não precisaria de três ou quatro médios estacionamentos dispersos pela malha urbana da cidade de Loulé. Eu quero acreditar que essa solução seria até mais conveniente à nossa cidade e até mais fácil de encontrar e mais económica, também. -----

Sobre as plantas já foi respondido, essa questão foi levantada o ano passado pela Deputada Ana Poeta, eu lembro-me bem disso. Às vezes a inércia de quem faz as coisas tem uma grande força, às vezes transmite, mas depois não volta a lembrar, não diz uma terceira vez, os serviços que sempre fizeram de uma determinada maneira continuam a fazer. Foi logo dito, quando nos disse que a planta tinha contra-indicações em termos ambientais, a Senhora Deputada elencou alguns motivos pelos quais não recomendariam aquelas plantas e eu transmiti logo aos serviços. Portanto, como disse o Vereador, no concelho a mudança foi feita, no caso concreto das Infras não foi ainda, mas há de ser, podem ficar tranquilos. No próximo ano farão de certeza, não vamos passar em branco, e não farão mais de utilizar aquelas plantas, só espero que arranjem plantas bonitas, que podem ter alguns inconvenientes, que aliás já me disseram posteriormente que não é pacífico que assim seja, acontece muitas vezes, afirmações que são contraditadas por outras, só espero que tenhamos a capacidade de encontrar plantas bonitas e alusivas a esta quadra de Natal, que é uma quadra que temos de preparar a cidade e ter o espírito natalício que todos nós tanto gostamos.---

Foi dada a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que disse está a ocorrer neste momento um campeonato do mundo futebolístico que nos deve a todos envergonhar. Um campeonato que ocorre com o falecimento de milhares de trabalhadores que trabalharam em condições desumanas, na construção daqueles estádios e equipamentos no Qatar. Neste contexto e seguimento eu pergunto se é só no Qatar que existem trabalhadores em condições desumanas e a ganhar muito pouco. E pergunto se é só no Qatar que existe algo como a contemporaneidade do trabalho escravo. Pergunto também se na nossa região e no nosso concelho também não existe este trabalho desumano e escravo. Teremos que ver no nosso país e região existem milhares de pessoas que vêm de outros países com o objetivo de terem uma vida melhor, são agarradas por redes organizadas que nada nos enaltecem e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

trabalham em condições desumanas para não dizer escravas. É por isso que precisamos de condenar aquilo que aconteceu no Qatar, mas também precisamos de estar atentos para identificar e denunciar possíveis casos sobre esta nova forma de trabalho escravo e desumano. Ajudar as entidades competentes, dismantelar este género de organizações e explorações agrícolas, que ainda nos envergonham a todos. Portanto, eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o que é que a Câmara pretende fazer neste sentido para ajudar as organizações competentes a identificar estes possíveis casos que possam ocorrer no nosso município e para podermos também ajudar estas pessoas a saírem destas organizações que em nada enobrecem a história do nosso país.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que disse que gostaria de saber se sabem dar uma data para o término das obras que estão a decorrer em Vilamoura na via pública, não que elas não sejam necessárias, são, mas sei que o prazo já foi ultrapassado, estava previsto ser até ao final de novembro e já estamos em meados de dezembro. É constrangedor para a circulação na via pública e eu sinto isso porque infelizmente todos os dias me engano porque me esqueço que aquela rua está cortada, ou uma ou outra, e então passo às voltas o dia todo, consumo o triplo do tempo e o triplo do combustível e ainda me enervo, ainda por cima. Era para saber se há uma data prevista para o término dessas obras.-----

Outra questão, fica aqui um alerta, que eu tenha assistido uma foi durante o dia, outra foi durante a noite, houve duas situações de viaturas que se enfiaram nas valas que estão abertas. Não sei se houve mais, mas duas eu assisti, até documentei com fotografias, se alguém quiser, até posso enviar. Não sei se é algum problema de sinalização, mas não acho normal já tenhamos em tão pouco tempo dois acidentes graves em que os carros simplesmente entram para dentro das valas que estão abertas para as obras.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que congratula a capacidade de síntese da bancada do PS. De qualquer forma era só para ficar claro que esta situação foi levantada aqui e a bancada do PSD considera-se esclarecida pelo Senhor Presidente e pela sua importância.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que diz que ficou muito sensibilizado com as palavras do líder da bancada do PS que nos pediu para pouparmos tempo, não desperdiçar tempo, uma atitude corajosa. E há uma pergunta séria que ele fez, que não sei se é séria ou se é a brincar, o porquê dos cidadãos se afastarem da política. É algo que é necessário perguntar aos governos, não é ao Bloco de Esquerda, nem certamente ao PS.-----

A outra questão que me sensibilizou é que o Qatar mora aqui, mas os nossos governantes vão passear ao Qatar e borrifam-se para os direitos humanos dos outros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Portanto, recentemente uma associação criminosa em Cuba foram vinte e tal presos. Admira-me a vergonha total, mas o Qatar só mora lá. -----
Posto isto, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação de duas recomendações que foram aprovadas por esta Assembleia Municipal antes do Verão. Uma, que era para entrar no início do ano escolar que é a distribuição de higiene pessoal nas escolas às jovens, esta da iniciativa do PS, e a outra que era o apoio nas escolas às crianças e jovens com diabetes Mellitus tipo 1. Se já foi feita alguma coisa, o que é que está preparado para se fazer neste início do próximo trimestre.-----

Foi dada a palavra à **Vereadora Ana Machado**, que respondeu ao Deputado Carlos Martins sobre a distribuição de produtos de higiene pessoal e íntima, foi feita logo no arranque do ano letivo nas escolas com grande sucesso como exemplo de boas práticas na Escola Secundária Doutora Laura Aires. Se estiver atento ao nosso Relatório de Atividades consta a programação até ao final do trimestre e para o seguinte. Quanto ao apoio à diabetes, foram feitas ações de sensibilização com as enfermeiras da saúde escolar e aguardar-se calendarização com a Associação Portuguesa de Diabetes.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que desconhece o prazo das obras de Vilamoura, mas que irá saber. As obras são necessárias, vão ter também ciclovia, e vão ter uma melhoria significativa do pavimento, portanto, Senhora Deputada, nós precisamos das obras, elas têm que ser feitas e durante o período em que são feitas causam incómodo. Temos de ter um pouco de paciência pois não podemos, como diz o povo, ter sol na eira e chuva no nabal, ao mesmo tempo. Temos de nos conformar com isto, as obras causam sempre grande incómodo quando são feitas, mas elas têm de ser feitas porque senão não andaríamos para a frente nem teríamos a região que temos se não fossemos fazer as obras que são necessárias. O que posso fazer e faço sempre publicamente é pedir desculpa pelos incómodos em nome da Câmara Municipal de Loulé. Vou ver a sinalização pois isso é grave, a obra tem de estar bem sinalizada para que não aconteçam acidentes que podem ser muito graves, no caso parece que não foram, mas poderiam ser. Vou chamar a atenção da administração da Vilaamoura e falar com o nosso DOGIM (Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Municipais) para podermos ver essa situação. -----
Deputado Carlos Martins, se há pessoa que no dia-a-dia na sua atividade política, não sei se bem ou mal, isso cabe a outros julgar, mas que procura restabelecer uma ligação de confiança entre os cidadãos lá de fora e nós que somos detentores de responsabilidades políticas este Executivo esforça-se por isso. Ninguém é bom juiz em causa própria, agora nós temos uma série de organismos que são organismos de consulta externa que funcionam com regularidade, nós quando há questões importantes para decidir na cidade consultamos os cidadãos, informamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

previamente, nós temos uma série de práticas e também temos vindo a aprender pois o paradigma da política está a mudar e nós poderíamos falar muitas horas sobre isso porque o divórcio entre o interesse pela política e a política não é uma característica de Loulé, nem de Portugal, aliás é um fenómeno que ocorre em todo o mundo e sobretudo nas democracias que vivem neste momento momentos difíceis em que uma das razões é exatamente esse divórcio que se vai cavando entre as pessoas em geral e aqueles que exercem funções políticas. Mas isso é um debate riquíssimo, está a acontecer, há livros publicados, há artigos, enfim, há muita gente a pensar nisso, há muita gente a tentar contrariar esse processo e há também muita gente que está a investir nesse processo pois tirará partido dele, também existe, em toda a parte. Mas como calcula é um assunto de reflexão política que penso que não é aqui o momento mais adequado para falarmos dele neste momento. -----

Relativamente à questão do Deputado Abel Matinhos, eu, como todos nós, devemos indignar e indignamo-nos quando são trazidas a público notícias de autêntico trabalho escravo de pessoas que atravessam meio mundo para virem trabalhar, que ainda por cima contribuem para a nossa economia, e depois caem em redes, são alojadas em condições infra-humanas e, portanto, qualquer consciência ética de uma democracia de qualquer cidadão deve repudiar esse tratamento entre empresários sem escrúpulos que usam aquelas pessoas para trabalhar. Da minha parte desde que chegue ao conhecimento de alguma situação dessa natureza serei o primeiro a denunciá-la junto das autoridades. Acho que Portugal nos últimos tempos tem feito um bom trabalho, as autoridades portuguesas têm vindo a detetar, a dismantelar e a levar à justiça responsáveis por essas organizações de trabalho clandestino e fazem muito bem e devem continuar a fazer o seu trabalho. Nós temos de estar vigilantes, e eu entendo a intervenção do Deputado Abel Matinhos, como uma chamada de atenção para que estejamos vigilantes no nosso concelho pois pode acontecer, aliás, essas coisas são meio clandestinas e não é fácil detetá-las. Agora quando sabemos pode ter a certeza, Senhor Deputado, e todos os deputados aqui na Assembleia Municipal que o Executivo será o primeiro a diligenciar no sentido de apurar o que é que se passa porque aquilo que sabemos que vai acontecendo um pouco por todo o mundo não é só no Qatar, é na própria Europa elogiada pelo respeito dos direitos humanos, por os grandes princípios de relacionamento ético entre as pessoas, é na própria Europa que estamos a conhecer a vergonha do Qatar e isso deve merecer o repúdio veemente de todos nós. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **António Farrajota (CDS)**, que não sabe se foi ultrapassada essa questão, mas soube que a festa das crianças da Casa da Primeira Infância estava em risco de não se realizar no Cineteatro Louletano. Queria saber se isso foi ultrapassado e se não foi, gostaria de saber o motivo de ter sido recusado. ----

Foi dada a palavra ao Deputado **Eleutério Rocheta (PSD)**, que disse que não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

preciso ir tão longe ao Qatar. Basta só ir no Verão a Vilamoura e têm lá um Qatar, ou vários. A indústria hoteleira serve-se miseravelmente dessa gente, não passa por organizações clandestinas, a maior parte não são organizações clandestinas, é o próprio dono do empreendimento ou o próprio dono do restaurante que se serve dessa malta. Basta olhar para os Nepaleses, Tailandeses e os 'eses' todos que andam aí e são miseravelmente explorados. Se procurarmos entre maio e setembro não precisamos de ser o senhor Poirot e o senhor detetive para que se observe um pouco e veja ou se tiver confiança com alguém descobre que estão 20 pessoas a dormir no mesmo apartamento ou na mesma sala. Claro que decresce na altura em que a época turística acaba, não sei o que é que eles fazem a essa malta, não sei se os recambiam outra vez. -----

Relativamente ao apoio nas escolas às nossas crianças sempre foi um apoio miserável, quer a nível de enfermagem, quer na consulta de psicologia. Se formos para a área de diabetes tipo 1 ou arranjamos enfermeiros para estarem nas escolas, eu sou a favor que devia estar um enfermeiro na escola a tempo inteiro, deveria ser pago dentro do sistema rotativo do centro de saúde, devia lá estar para fazer o ensino, tratar alguma situação de ferimento ou de queda ou ainda mais às nossas jovens que penso que precisam de esclarecimentos em determinadas áreas, quer jovens femininos, quer os masculinos, e o enfermeiro deveria lá estar, mas para lá estar têm de o pagar, não há dinheiro, não há festa. Vem o excelentíssimo ministro para a televisão dizer que está tudo resolvido? Tretas, não está nada resolvido, nunca esteve. Em quarenta anos que eu estive na Saúde nunca esteve resolvido, portanto, vai continuar assim certamente, quem acha que gastar dinheiro na saúde é uma coisa, se calhar, a pessoa dói-lhe a barriga, mas se calhar não lhe dói bem a barriga. É tudo o que tenho a dizer, é mais um esclarecimento e um pouco de revolta acerca daquilo que já vivi e tenho a noção que encontro agora se for outra vez. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Maria João Carapeto (PS)**, que disse que ao ouvir a intervenção do Deputado Pedro Rocheta não pude deixar de responder o seguinte. Ainda ontem estive num jantar de Natal de uma empresa na qual sou advogada e emprega 40 trabalhadores, só têm 3 portugueses. A maior parte são nepaleses, ganham bem, não ganham o ordenado mínimo, ganham muito mais que o ordenado mínimo, agora se vivem 20 ou 30 num apartamento isso não é responsabilidade da empresa do meu cliente. Também vos garanto que na zona de Vilamoura e de Quarteira obviamente existe falta de mão-de-obra na hotelaria, que é do conhecimento oficial e todos nós sabemos e também sabemos que muitos dos algarvios não querem trabalhar na hotelaria, razão pela qual tem de se lançar mão-de-obra estrangeira, mas quero referir que de modo algum estão a ser explorados. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que não estava a pensar intervir nesta fase, mas ao ouvir aqui acerca dos trabalhadores e da falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mão-de-obra não posso deixar de manifestar a minha opinião. Não concordo que não haja exploração, o Algarve, e como disseram aqui alguns colegas deputados, vive ainda com a escravatura de muitas pessoas. Se há empresa que funciona bem, ainda bem, mas deviam funcionar todas. Todos os direitos estão consagrados na lei e na Constituição e nós o que assistimos ainda hoje é a exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores não se fixam na hotelaria não é porque não queiram é porque realmente é-lhes oferecido trabalho precário, com contratos muito reduzidos e então têm de ir buscar fora porque infelizmente as pessoas que têm necessidade aceitam qualquer precaridade, mas são salários muito baixos e às vezes são salários abaixo do salário mínimo, por isso o Algarve, mas também a nível nacional, estamos muito mal, mas a hotelaria do Algarve sofre pela falta de condições que dão aos trabalhadores.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que não estava a pensar intervir até porque já fomos saindo um pouco pela tangente, mas há algumas coisas que eu quero dizer. A primeira, se me permitem, é a enorme emoção sentida com a apresentação da Associação Doina, sobretudo estas crianças que são filhas e netas de pais e de mães, de avós que deixaram a sua terra natal, o seu país, para procurar uma vida melhor num país que apesar de sermos, como alguns dizem, se calhar em alguns aspetos ainda estruturalmente racistas, somos acolhedores e um bom exemplo foi isso e da minha parte permitam-me personalizar à Elisabete Necker a associação e a todos os emigrantes que fazem a riqueza deste país. Eu como filha de emigrante sinto e senti sempre a ausência do meu pai, portanto, cálculo, o que seja a vida de quem sai para um país estrangeiro. -----

Centrando naquilo que foi a intervenção do Deputado Eleutério Rocheta, factualmente a educação, a saúde e a habitação são os três pilares de qualquer estado social e que se quer eticamente e moralmente, se quisermos, respeitável. Nos últimos quarenta anos fez-se um enorme progresso no estado social e é à Revolução de Abril que se deve esse estado social e é a essa Revolução de Abril que se deve o Serviço Nacional de Saúde, na pessoa do Doutor António Arnaud, que se deve também a escola pública como conhecemos. Temos fragilidades, temos, mas muito se fez em quarenta anos. Relativamente à saúde escolar, também gostaria que tivéssemos um enfermeiro na escola como apoio permanente àquilo que é todo o sistema escolar, mas já estivemos pior, posso garantir-lhe que de 2011 a 2015 estivemos pior. Também posso dizer de fonte segura que do ponto de vista de disponibilização de recursos humanos nas escolas, sobretudo de técnicos superiores especializados, estou à vontade para dizer pois é a minha área de trabalho, nos últimos anos letivos tem havido um reforço. Não tanto se calhar nos professores de educação especial porque simplesmente neste momento não os temos, não há. -----

Quanto à intervenção da Câmara Municipal de Loulé nas escolas, permitam-me que diga, pois é factual também, é ir aos documentos. É das Câmaras no Algarve que é pioneira no apoio às escolas e é das Câmaras no Algarve que mais apoio presta às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

escolas. Vivemos um contexto complexo, que tende a complexificar cada vez mais, mas estamos a fazer esse caminho e depende também de nós todos, mas também do nível do discurso político que apresentamos nesta casa, a melhoria das condições de todos, pois a escola não é senão o reflexo da sociedade. E concordo seguramente consigo de necessitarmos de pessoas da saúde, enfermeiros da saúde escolar nas escolas, a diabetes é outra questão, ela está, como sabem, em termos do normativo está claro e a Senhora Vereadora deu o exemplo claro disto que é a capacitação sempre e quando. Os recursos humanos das escolas podem também fazer-se esse trabalho como as crianças que têm este problema de saúde desde que sejam capacitados e aceitem fazer esse trabalho que é um trabalho mais clínico, não é de todo pedagógico.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que respondeu ao Deputado António Farrajota sobre a data da creche. A data que nos pediram a sala estava comprometida, propusemos uma data em alternativa, não foi da conveniência da creche, portanto, estamos aqui num impasse, não sabemos o que é que vai acontecer.-----

Queria dizer ao Deputado António Farrajota que não basta, tal como disse ao Deputado João Ferreira, dizer que conhece em Vilamoura situações, que basta ir lá e que há pessoas muito maltratadas em restaurantes, enfim, tem de concretizar Senhor Deputado porque se não concretiza não me diz onde é que essa situação está a ocorrer. A Câmara Municipal de Loulé, mais não seja por obrigação ética, não pode fazer nada. Portanto, essas coisas ditas em abstrato não servem. Se conhece alguma situação faça favor diga preto no branco onde é que ela está a acontecer, qual é o estabelecimento comercial, fabril ou agrícola, seja aquilo que for, diga-nos onde é que isso está a acontecer, pois só assim é que nós podemos atuar. Repare, se há emigrantes, e ainda bem que os temos e deveríamos ter mais, mas com condições para os acolher, mas se há emigrantes, infelizmente temos muitos que são tratados de uma maneira à qual não concordamos ninguém decentemente pode concordar, também temos de concordar que essa não será a maioria das situações. Nós temos felizmente muitos trabalhadores imigrantes que têm uma vida difícil, mas de acordo com os padrões que são considerados normais na nossa sociedade assim é aceitável e, portanto, também não devemos partir daqui com aquele pensamento que trabalhadores imigrantes são todos explorados, todos tratados de forma indecente porque isso não é verdade.-----

Eu estranho vindo de um médico, o Senhor Deputado é médico, mas talvez não tem tempo ou talvez não lhe tenha chegado a informação, mas a Câmara Municipal de Loulé não é das melhores, a Câmara Municipal de Loulé é a melhor no Algarve no relacionamento que tem com as escolas e com os serviços que proporciona. Ainda há pouco tempo em Quarteira houve as Jornadas de Saúde Mental dedicadas aos problemas identitários em meio escolar e um homem que deve conhecer, que foi durante muitos anos responsável pela saúde mental no Hospital D. Estefânia, o doutor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Augusto Carreira, conhece de certeza bem, disse que tomara a mim que a situação no país fosse a situação no Algarve. Porquê? Porque temos um programa muito particularmente desenvolvido no concelho de Loulé que é a GASMI, que é o apoio à saúde mental do Algarve em meio escolar. Portanto, não há paralelo nem aproximado do que se passa no Algarve e do que se passa no resto do país. Depois tem um programa que é o PAP, são os psicólogos em programas de apoio psicológicos nas escolas, é pago pela Câmara, pagamos a uma série de psicólogos que vão às escolas. Temos o CREI com 36 meninos difíceis com autismo e doenças raras que precisam de uma pessoa para cada menino, nós temos 36 meninos que neste programa que é o Centro de Recursos Educativos para a Inclusão que até vêm de fora, de outros municípios para meter os meninos no concelho de Loulé. Veja bem a importância que nós damos a isso. Isto é algo que me orgulha muito pois essas crianças são extraordinariamente difíceis para uma família que tem a infelicidade de ter um filho assim. Mas nós dispensamos um tratamento humanista e investimos muito e isso é um programa que nos custa muito dinheiro, mas nós estamos lá. Também lhe quero dizer que em janeiro ou fevereiro também vamos ter outro programa que é o Médico vai à Escola, e vamos ter a presença de um médico a correr as escolas para detetar precocemente situações que possam precisar de uma análise mais profunda de um cuidado mais cuidado, passando o pleonasma. Não lhe disse tudo, há mais situações, mas se há coisa que nós estamos muito bem é o nosso papel complementar aos cuidados de saúde gerais prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, a Câmara aquilo que pode fazer dentro das escolas faz muito, Senhor Deputado, e eu tenho muito orgulho, bem como todo o Executivo. Não somos dos melhores do Algarve, nós somos os melhores do Algarve, de certeza absoluta.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **António Farrajota (CDS)**, que questionou o Presidente da Câmara se ele acha se cabe ao cidadão fiscalizar estas tropelias à lei que existem nas empresas? Eu conheço casos, agora não me peça que eu seja o denunciante, isso compete às entidades fiscalizadoras. Se eu conheço os casos, também se houver uma entidade fiscalizadora com certeza também consegue encontrá-las. Agora não venha pedir ao cidadão que se torne um denunciante como no tempo da PIDE.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Eleutério Rocheta (PSD)**, que disse que se atreve a dizer o que disse e se atreve a muito mais, aquilo que eu disse é com conhecimento de causa, é com conhecimento daquilo que vi, é conhecimento daquilo que presenciei, é conhecimento daquilo que lutei, daquilo que ajudei e daquilo que pugnei durante toda a minha vida. É conhecimento de causa que sobra e chega. Quando me transponho, é evidente que a Câmara Municipal de Loulé não tenha uma conduta exemplar e uma conduta dentro das suas possibilidades a nível escolar, que certamente haverá. Agora quando eu falo em enfermagem, não me refiro à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

enfermagem no Algarve, ou quando falo em medicina não me refiro aos médicos do Algarve, que as necessidades são aterradoras em outros sítios. Há necessidades no Algarve, vêm tentar escondê-las com a peneira, agora nos outros sítios há que sobre. Se houver interesse até vos digo de situações que havia a rolha, há uns tempos quando eu ainda trabalhava, não se podia dizer que não tínhamos papel higiénico. Os doentes compravam papel na papelaria para porem na minha impressora, senão não tinham a receita. E o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento disso, porque até auxiliou algumas unidades no aspeto básico do seu funcionamento. Senhor Presidente, eu não estou a inventar nada, eu gosto de saúde e gosto do bem-estar das pessoas, não interessa credo, cor, se é atleta, não interessa nada disso, o que interessa é se estás bem, estás com saúde, porreiro, tiveste médico agora, porreiro, e a enfermagem, está OK, então está tudo bem.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que o Deputado Pedro Rocheta disse coisas que eu concordo, outras são discutíveis, enfim, agora a Câmara Municipal de Loulé recebeu competências na área da saúde e posso-lhe garantir que já não irá mais faltar papel na impressora, disse e muito bem a Câmara Municipal de Loulé já lá valeu e em outras situações ainda antes de ter as competências a Câmara Municipal de Loulé já ajudava o centro de saúde aqui, em Quarteira, em Almancil, onde quer que fosse necessário, mas agora isso já não se vai passar porque agora já temos essas competências e as coisas vão melhorar no centro de saúde. Vai melhorar tudo, de repente vai ficar tudo bem? Sabemos que não. Os problemas são profundos e não nos competem a nós. Agora aquelas competências transitaram para a Câmara Municipal de Loulé e que nós recebemos podemos ter a expectativa de termos dentro de pouco tempo as coisas começarem a ver-se que estão melhores. Estou a falar de limpezas, manutenção de pequenas avarias, fornecimento de papel higiénico, papel para impressora, tinteiros, pinturas nos edifícios, tratamento dos jardins, tudo isso vai melhorar porque passaram para a Câmara Municipal de Loulé e nós vamos tratar bem os nossos concidadãos nas responsabilidades que recaem sobre nós.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3- Período da Ordem do Dia;-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse que os três contratos das empresas Infra seriam submetidos na plataforma para a Assembleia Municipal, mas devido a um erro informático o da Infraquinta não tinha sido submetido e detetamos esse erro e foi submetido numa reunião de Câmara e um pedido expresso ao Presidente da Assembleia Municipal para apresentar aqui aos Senhores Deputados para debatermos aqui um contrato-programa da Infraquinta este ano.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse concordarem com a introdução deste ponto na ordem dos trabalhos, como última alínea, mas de certeza que não será para discutir hoje.-----

O **Presidente da Assembleia**, informou que a documentação foi enviada atempadamente e que os Deputados têm na sua posse, para quem abre e vê, há já algum tempo. Pôs à consideração a introdução da alínea I)- Contrato-programa com a Infraquinta na Ordem de Trabalho.-----

Passou-se à votação;-----

Introdução da alínea I)- Contrato-programa com a Infraquinta na Ordem de Trabalho: aprovado por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que à semelhança de outras reuniões deste órgão tenho dito e repito, os Senhores Deputados receberam o Relatório de Atividades, é um relatório circunstanciado, por isso se tiverem alguma questão para me colocarem, coloquem qualquer questão que do vosso ponto de vista careça de ser esclarecida ou explicada.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que fazer oposição implica, por vezes, ter que sublinhar o mérito do Executivo e das pessoas e para com ele colaboram. Desta informação gostaria de destacar duas áreas das quais me orgulho bastante, uma tem a ver com os dois Centros Educativos para a Inclusão, um em Loulé e outro em Quarteira, e o trabalho de inclusão que faz com as famílias de crianças e jovens com multideficiência e destaque também neste relatório a rapidez com que se avançou com o projeto aprovado por maioria nesta Assembleia no dia 26 de julho e que permitirá a distribuição de produtos de higiene pessoal menstrual nas nossas escolas. Destaco ainda, agora com um sabor mais agridoce, a inclusão no Relatório de Atividades de um pedido que esta bancada tem realizado desde o início do mandato, o resumo das atividades exercidas pelo Gabinete Médico-Veterinário. Agora nenhum de nós poderá ficar indiferente aos 124 animais que se encontram aprisionados naquele espaço. A partir de hoje ninguém aqui presente, ou que esteja a assistir pelas redes sociais, poderá dizer que desconhece. Naquele espaço estão 124 animais e cada um de nós é responsável pelo seu sofrimento. Está nas nossas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mãos o poder de exigir ao Executivo as políticas de adoção massivas e urgentes, as campanhas de esterilização eficazes e a rapidez na construção do Coroa. O mesmo relatório suscitou-me apenas uma dúvida, refere que este ano foram efetuadas 146 adoções sendo que 66 foram a particulares, 39 ao Canil de São Francisco de Assis e 42 à AB Sol, num total de 81 animais. Questiono se se tratam de adoções efetivas ou de transferência de animais, é que estes espaços são canis e embora possamos deduzir que os mesmos tenham mais qualidade de vida não deixa de ser um espaço de recolha e não deverá ser contabilizado como uma adoção efetiva.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que nós teríamos muito gosto de ter lido atempadamente este documento, mas infelizmente só nos chegou à nossa mão já na parte da tarde do dia 7, quando deveria ter sido entregue 5 dias úteis antes da Assembleia. É um documento com cerca de 234 páginas, é extenso, muito pedagógico e muito interessante da gestão municipal e que não tivemos tempo para ler e por isso não posso pronunciar-me. No entanto, queria saudar o Executivo por amanhã ser realizada a consignação dos trabalhos que irá resolver em definitivo o problema da poluição pelos esgotos da Ribeira do Cadoiço.-----

O **Presidente da Assembleia**, fez das palavras do Senhor Deputado Carlos Martins o sentir da Mesa, esta documentação tem de chegar mais cedo aos Deputados. É um documento importante, estruturante que dá muito trabalho e que merece efetivamente que as pessoas também tenham a oportunidade de estudar e por isso agradecemos que em futuras ocasiões, que será na próxima Sessão Ordinária, que seja feito um esforço no sentido de ser distribuído antecipadamente.-----

Foi apreciada. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2613-2022 [DAF] - relativa a Informação Semestral do Auditor Externo, propõe-se remeter para a Assembleia Municipal a Informação Semestral sobre a situação Económica e Financeira, emitida pelo Auditor Externo, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual; -----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse que o relatório semestral ocorre da lei 73/2013, portanto, o fiscal único emite um relatório sobre o grau da execução da despesa e da receita, apresenta a justificação dos desvios mais significativos e é feita o cumprimento da dívida total.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que questiona os comentários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Handwritten signature]
d.

do ROC (Revisor Oficial de Contas), que até deviam estar bem discriminados, na página 2 diz que não foi efetuado contabilisticamente a separação dos montantes a pagar a curto, a médio e a longo prazo. Isto está tudo num bolo, não está separado e o porquê de haver este comentário. Na página 15 questionar quem são estes credores por transferência de subsídios não reembolsáveis concedidos que diz que a rubrica apresenta um acréscimo referente ao reconhecimento de transferências de subsídios por pagar cuja faturação ainda não foi emitida. Gostaria de saber quais são os subsídios e quando é que a fatura será emitida.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse que não consegue responder a nenhuma das questões que a Deputada colocou, as recomendações do Revisor Oficial de Contabilidade, o parecer, são recolhidas, houve uma alteração da empresa que nos presta este serviço, veio aqui a esta Assembleia, como sabem tivemos um contrato de três anos, foi feita uma consulta prévia que veio a conhecimento da Assembleia em junho e esta entidade entendeu que deveria de entrar em determinados níveis de detalhes na contabilidade analítica e seguramente o diretor administrativo e financeiro estará a providenciar essa informação mais detalhada. Francamente não lhe consigo responder, também, à segunda questão que colocou. Como creio que o nosso papel é esclarecer e como não posso dar um esclarecimento cabal, por favor, coloque a questão e eu responderei até amanhã sem falta por escrito.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que também tinha uma questão, na página 15 na alínea a) sobre o desequilíbrio financeiro das empresas municipais, gostaria de saber e que justificassem. Não percebo porque é que só agora é que chegou ao conhecimento da Assembleia Municipal a informação do auditor externo referente ao primeiro semestre de 2022 no mesmo dia em que vamos fazer a discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que informou que o que diz respeito ao desequilíbrio financeiro estrutural das empresas municipais, neste caso da empresa Infraestruturas, é um tema que também poderemos falar na abordagem dos contratos-programa. Mas creio que está claro quando se analisa o Plano de Atividades e Orçamentos das empresas municipais e aquilo que é a sua prestação de contas anual, documento que também vem à Assembleia, que as empresas municipais têm uma atividade que é geradora de recursos positivos e resultados positivos que são as atividades reguladas no que diz respeito à água, saneamento e resíduos, e tem atividades que são estruturalmente deficitárias porque são de prestação de serviços, designadamente a limpeza urbana, espaços verdes, iluminação pública, entre outros. Há outra nota importante aqui a reter, não pode haver subsidiação cruzada entre as atividades reguladas e as não reguladas e por isso aquilo que os pareceres emitidos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dos ROC's mencionam efetivamente esse desequilíbrio estrutural e é inequívoco quando se pede a uma empresa municipal para prestar um serviço que não tem receitas ou cujas receitas não são próximas dos custos adstritos a essa atividade têm um desequilíbrio. Não é nada de novo, não há nada neste relatório que não se conheça há anos no exercício destas empresas municipais. Porquê agora? É uma pergunta muito pertinente, conforme comecei por dizer houve uma alteração do Revisor Oficial de Contabilidade, houve reuniões preliminares de preparação daquilo que é o trabalho que esta entidade está a desenvolver. Este relatório foi-nos entregue no dia 18 de novembro, apesar de termos solicitado insistentemente para que o relatório fosse produzido com celeridade, a lei não determina quando é que tem de ser apreciado em Assembleia Municipal, mas compreendo que deva ter que vir mais cedo. Seguramente uma entidade que começou agora a trabalhar com o município de Loulé e tem que aprofundar o conhecimento que tem que é a sua situação financeira e económica, assumo aqui o compromisso que em anos subsequentes, este contrato durará três anos como é do conhecimento da Assembleia, este relatório virá com maior celeridade.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que uma das questões já está respondida que é relativamente ao desequilíbrio financeiro. A outra deve-se ao facto, e em dois documentos diferentes conseguimos perceber isso, a baixa execução das obras. Eu sei que estamos pós-COVID, temos uma guerra, uma inflação, mas também temos uma lista enorme de obras para 2023. Neste documento, na página 17, um dos comentários que fala da baixa execução das obras, mas o da informação do município também fala que a taxa de despesa seria à volta de 55,7%. A taxa de execução de obras está a meio, com as desculpas todas que nós sabemos quais são, o que gostaria de saber é se há algum procedimento que está a ser tomado para que as obras que nós temos listadas para 2023 não se juntem à lista destas obras incompletas, inacabadas e pendentes.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse que efetivamente uma das peças fundamentais destes relatórios semestrais é mostrar aquilo que estava previsto e foi executado e tem uma comparação ao período homólogo do ano anterior, estamos sempre a comparar o primeiro semestre de 2021 com o semestre de 2022, tanto quanto à dotação, quer à execução. E aquilo que ressalta deste relatório é de facto que nas despesas de capital não estamos a conseguir executar o que estava planeado ou projetado e a Senhora Deputada no início da sua intervenção acabou por elucidar ou por esclarecer várias das razões, não são desculpas. O contexto que gerou a imprevisibilidade de uma guerra, aquilo que foi o aumento da matéria-prima, no aumento dos combustíveis, no aumento da energia, nas empreitadas cujos concursos ficaram desertos, originaram atrasos no início de algumas empreitadas, revisão de preços que obrigaram ao lançamento de novos procedimentos e essa é a justificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pela qual a execução das despesas de capital não está dentro daquilo que nós gostaríamos de apresentar neste momento.-----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

O **Vereador David Pimentel**, fez a apresentação das 3 Propostas em conjunto e com as votações em separado. -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2568-2022 [DAF] - Deliberação relativa a **Proposta de fiscalidade municipal para 2023**, propõe-se a fixação da taxa de IMI, incluindo a redução da taxa de IMI para as Freguesias do interior e para famílias com dependentes; - a fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC para posterior envio à Assembleia Municipal;

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2569-2022 [DAF] - Deliberação relativa a **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano 2023**, Propõe-se à Ex.ma Câmara a aprovação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2023 e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 25º, nº 1, al. a) e artigo 33º, nº 1, al. c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais;

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2570-2022 [DAF] - Deliberação relativa a **Aprovação dos compromissos plurianuais - Ano 2023**, nos termos do estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse que uma vez que o documento do Orçamento e das Grandes Opções do Plano é um documento extenso, técnico e com bastante informação, à semelhança do que fizemos no ano passado faremos uma apresentação mais sucinta, até porque o interesse é permitir que haja o esclarecimento cabal das questões que vão colocar. A visão do município assenta nos pilares das pessoas e famílias, na mobilidade e qualidade de vida, da ação climática e da promoção da cultura e do desporto para um concelho mais inclusivo, mais coeso nas suas dimensões sociais e territoriais, mais competitivo e absolutamente mais sustentável. É o primeiro orçamento da Câmara Municipal de Loulé que tem uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ligação direta aos objetivos do desenvolvimento sustentável, da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Os 5 pilares que estão subjacentes aos ODS-Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, são as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz, tão importante no momento em que vivemos, e as parcerias. 117 dos principais investimentos e atividades do município inscritos nas Grandes Opções do Plano têm a identificação para que objetivos do desenvolvimento sustentável contribuem e esta é uma peça determinante de evolução do orçamento deste ano. No que concerne ao cenário macroeconómico, partilhar aqui com todos a dinâmica populacional, creio que é do conhecimento de todos, mas importa fazer aqui mais um esclarecimento para quem não tem essa informação. A população no concelho de Loulé progride e aquilo que acontece em Portugal é uma regressão, no concelho de Loulé progride principalmente devido às três freguesias que estão sinalizadas à direita do gráfico. Dentro do cenário macroeconómico e falando sobre o emprego, a linha cinzenta que está mais abaixo é a que diz respeito aos indivíduos inscritos no Centro de Emprego no concelho de Loulé, nós temos um valor nos meses de julho, agosto e setembro que foi de aproximadamente de 1.000 pessoas inscritas, estes valores foram muitas vezes inferiores a 2019, o que demonstra inequivocamente a retoma da atividade económica e uma situação de emprego muito favorável em que o 3.º trimestre, naquilo que diz respeito à região do Algarve, tivemos uma taxa de 4,4% que compara com a taxa de Portugal de 5,6% de desemprego. Fechando o cenário macroeconómico, aquilo que nos preocupa a todos claro e inequivocamente e às famílias. Temos um valor de inflação do mês de outubro, recordem-se que na prestação de contas em abril nós sinalizávamos isto, a evolução da taxa de inflação. Portugal está ligeiramente acima da média da Europa e ligeiramente abaixo da União Europeia, estando em linha, e este gráfico é apenas para demonstrar que de 2012 até 2021 a taxa de inflação variou entre os 0 e os 2%, tendo havido até momentos de deflação, e é a partir de 2021 com o reativar da atividade económica, a escassez de bens e de serviços que nós sentimos todos depois do primeiro impacto da pandemia que começa a haver uma progressão do índice de preços ao consumidor de taxa de inflação e em 2022 continua a aumentar. É difícil fazer extrapolações para o futuro, há poucos cenários a serem construídos em que se acredite piamente o que vai ser a taxa de inflação, há sinais de algum abrandamento, assim esperemos, até para o bem de todos nós. -----

Sobre política fiscal, gostaríamos de reforçar que Loulé continua com uma política fiscal mais competitiva do país e porquê? Porque desde 2018 temos as taxas no mínimo permitido por lei. Isto é, a taxa de IMI está nos 0,30% desde 2017, a taxa poderia ir até aos 0,45% e em casos excecionais até 0,50%. A taxa em Loulé é de 0,30%, o máximo permitido por lei. O IMI familiar está acionado desde 2016; a taxa de participação no IRS singular está em zero para o município desde 2018 e a taxa de derrama aplicada sobre a matéria coletável das empresas no concelho de Loulé está em 0%, desde 2017. Sobre a informação da tabela anterior, com esta política fiscal o município de Loulé não arrecada no seu orçamento cerca de 20.048.000,00 €,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

o valor está aí para cada um dos impostos. Se aplicássemos a taxa de 0,45% de IMI o valor arrecadado adicionalmente para o município seria de 15.000.000,00 € e por aí fora.-----

Orçamento municipal para um concelho mais inclusivo, mais coeso, mais competitivo e mais sustentável. Temos um orçamento total de 175.814.720,00 € que cresce em relação ao ano passado de 32,5%. Este é o orçamento inicial que depois da integração do saldo de conta de gerência e do financiamento atingirá a quantia de 250.000.000,00 €. Em fevereiro de 2023 haverá uma Assembleia Municipal à semelhança da que existiu este ano e é nesse momento que é integrado o saldo de conta de gerência após o fecho do mapa de fluxos de caixa a 31 de dezembro e é feito esse apuramento. Aqui é uma estimativa e o valor real será incorporado em fevereiro. Um dos patamares essenciais que está na legislação é o cumprimento escrupuloso da regra do equilíbrio orçamental, que mais uma vez no concelho de Loulé é atingido com uma margem substancial. A receita corrente bruta tem de ser maior ou igual à despesa corrente e a média da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo é atingido por 19.500.000,00 € de 2023. Estão ali também os valores de 2022 e 2021 como referência, por isso é um ano com um maior equilíbrio orçamental. -----

Avançado para as receitas e aqui vou deter-me um pouco mais para esclarecer aqui algumas questões. Porque é que há uma evolução tão significativa do orçamento do município de Loulé? Estão sinalizados os 2 principais fatores de evolução. O valor do IMT que passa para um valor de 71.000.000,00 € em 2023, é a estimativa orçamental que temos. Esta estimativa orçamental é feita de acordo com a lei de acordo com a base média móvel dos últimos 24 meses e é algo que quando o IMT progride, estamos sempre a estimar por defeito. Por exemplo, em 2021 estávamos com € 36.000.000,00, o de 2022 está no Relatório que foi entregue a todos vós. O valor de IMT que tínhamos estimado para o ano em curso de 2022 era de 51.000.000,00 € e nós vamos atingir um valor acima dos 80.000.000,00 €. O valor máximo que podia ser orçamentado em 2022 era a média dos últimos 24 meses e por isso foi o valor que foi orçamentado e o valor adicional de IMT e, por isso, é que temos um enorme saldo de conta de gerência, e eu creio que até agora ainda não foi fácil de se perceber porque é que há sempre tanta disponibilidade financeira no município de Loulé. Uma das grandes razões é especialmente quando o IMT progride e esta progressão de IMT dos 51.000.000,00 € para um valor acima dos 80.000.000,00 €, estes 30.000.000,00 € só podem ser incorporados em termos orçamentais na integração do saldo de conta gerência do próximo ano apesar de ao longo deste ano termos valores de IMT acima daquilo que estava orçamentado por lei nós não podemos integrar na gestão orçamental do ano em curso, só no ano subsequente é que se pode adicionar o valor de IMT daquilo que estava estimado no orçamento de acordo com a regra que acabei de dizer. E já agora para fechar o assunto do IMT, eu disse numa Assembleia e agora quero demonstrá-lo. Não é que o município de Loulé esteja a transacionar muitos mais imóveis, por exemplo, em 2018 foram transacionados 3.658 imóveis e o valor total de IMT



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

arrecadado foi de 37.000.000,00 €, em 2021 o valor real arrecadado, o que estava no orçamento era de 36.000.000,00 € e o arrecadado real foi de 72.000.000,00 € no ano passado, 3.855 transações de imóveis. Isto tem a ver com o aumento do preço médio dos imóveis, e todos nós sabemos isso com o que tem acontecido na realidade nos últimos anos, mas também pela Lei do Orçamento de Estado desde 2020 determinou que a taxa máxima do IMT passou dos 6% para 7,5% para transações acima de 1.000.000,00 €. Sobre as despesas, estão aí sinalizadas as três principais evoluções, uma é do investimento previsto para 49.000.000,00 €, no orçamento inicial, não me vou deter muito até porque temos as Grandes Opções do Plano para falar mais à frente, mas vamos deter-nos um pouco mais sobre a evolução significativa no pessoal e na evolução significativa nos serviços.-----

Sobre as despesas com o pessoal, esta tabela que está aqui representa na primeira linha a evolução do número de trabalhadores que o município de Loulé tem desde 2017 e a evolução anual que tem tido e tomamos como referência o ano de 2010 tínhamos 1828 trabalhadores no município sendo que nessa altura não havia delegação de competências, por exemplo, nas escolas onde foram incorporados 95 trabalhadores adicionais do Ministério da Educação passaram para o município em abril de 2022, na saúde mais 15 trabalhadores, orla costeira, património, entre todas as outras competências que foram delegadas e que obrigaram ao reforço dos recursos humanos. Aqui estão apenas sinalizadas aquelas que contribuíram mais significativamente. No ano 2021 fechamos com 2000 trabalhadores e em 2022 à data temos 2064 trabalhadores, parece que a Câmara Municipal de Loulé evoluiu com mais 64 trabalhadores, mas se formos a retirar por exemplo os 95 trabalhadores que foram incorporados por causa da delegação de competências das escolas o saldo final teríamos no município de Loulé até seria uma regressão, teríamos menos 31 trabalhadores e teríamos fechado o ano com 1969, isto é, comparando o ano de 2021 com o ano de 2022 sem incorporação de novas competências, o quadro total de pessoal teria diminuído. E havia uma preocupação de extrapolação daquilo que iria acontecer no ano passado quando apresentamos o Orçamento. Há várias razões para a progressão da massa salarial do processamento salarial no município de Loulé, aliás, em todos os municípios do país. Desde 2017 aconteceu uma progressão significativa do salário mínimo nacional, está aí em nota de rodapé que o salário mínimo nacional em 2017 era de apenas 557 € e em 2023 o valor passará a ser de 760 €, o que significa um aumento de 36,4%. Se partilhar que 41,5% dos trabalhadores da Câmara Municipal de Loulé auferem o salário mínimo nacional podem ver que a progressão só pelo efeito do salário mínimo nacional significa em termos acumulados em 2023 mais 3.400.000,00 € de processamento salarial. Aquilo que é a posição remuneratória tem a ver com as progressões de intercarreiras e intercategorias, que muitas vezes se diz que na Câmara Municipal de Loulé não é feita a progressão, desde o descongelamento da progressão das carreiras e das categorias, vejam que desde 2018 já há 1.050.000,00 € de progressões porque foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

feitas 1.204 progressões neste período. A última nota prende-se com os aumentos gerais, isto é, todas as pessoas que não estão enquadradas no salário mínimo nacional, Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores, como todos saberão há progressões muito significativas de tabelas salariais da Administração Pública no próximo ano e isso significa um aumento de 1.600.000,00 € das despesas com o pessoal. Portanto, só nestas questões que eu acabei de elencar, temos uma progressão de 6.100.000,00 € das despesas com o pessoal fruto desta questão, salário mínimo nacional, progressão de carreiras e intercategorias e os aumentos gerais previstos na legislação. Temos 437 trabalhadores à data com mais de 60 anos, sendo que 112 com mais de 65 anos e neste conjunto de 437 trabalhadores quase 70% são Assistentes Operacionais. Nesta tabela seguinte apresentamos os postos de trabalho vagos para serem incorporados no próximo ano com os procedimentos concursais que estão em curso ou que estarão em curso, 71 trabalhadores Técnicos Superiores, 62 Assistentes Técnicos. O mapa de pessoal é um dos anexos que está no Orçamento e lá está explicitado quantas pessoas para cada uma das áreas e resolvemos trazer aqui porque a progressão de 2022 para 2023 é de 5.800.000,00 € nas despesas com o pessoal, 2.200.000,00 € ficam explicados nesta transição de 2022 e 2023 com as 3 questões que estão ali em cima, mas a diferença é que nós temos que prever o investimento nas despesas com o pessoal para todos os novos colaboradores para que perspetivamos entrarem e estão aqui sinalizadas as principais. Vamos deter-nos nas 262 pessoas no Departamento de Educação e Juventude porquê? No ano passado já tínhamos trazido uma tabela semelhante e este ano volto a trazer pois é sempre mais fácil falarmos quando temos dados. As escolas do município de Loulé no primeiro mandato do Presidente Vítor Aleixo com a sua equipa havia um debate nesta Assembleia e quem está cá há mais tempo lembra-se perfeitamente de se dizer que não era preciso mais escolas, nem mais salas de alunos pois no primeiro mandato houve uma redução de 510 alunos. A Escola da Fonte Santa em Quarteira abriu e havia salas vazias para serem utilizadas para sesta, vejam lá. Havia um decréscimo da população escolar e isso significava políticas de gestão daquilo que é o investimento escolar distinta daquilo que foi feito desde 2017. A partir de 2017 começa a crescer e cresce exponencialmente, sendo que se no ano passado eu disse na Assembleia que tínhamos progredido 2292 alunos, incluindo este ano letivo atual nós progredimos 3140 alunos desde 2017, são mais 34%. Importa reter o número de 601 crianças que estão nas escolas todas do nosso concelho com necessidades educativas especiais. Isto implica rácios completamente distintos daquilo que são os assistentes técnicos e do número de alunos por sala de aulas, a Senhora Vice-Presidente poderá esclarecer melhor do que eu se tiverem dúvidas a este respeito. A maior parte dos colaboradores, 1/3 dos colaboradores que nós temos e que estão afetos às escolas e bem, por isso é que temos as melhores escolas do Algarve e arredores. Última nota em relação às despesas com o pessoal; o anuário financeiro dos municípios portugueses sobre o ano 2021, que saiu há um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mês, tem a comparação com todos os municípios. A média dos 308 municípios das despesas com o pessoal sobre as despesas totais é de 29,7% e o município de Loulé para o próximo ano de 2023 executando aquela despesa que está aqui prevista fechará o ano com 27,74%. Na prestação de contas estaremos cá para falar e aliás na última prestação de contas demos a indicação que estávamos significativamente abaixo da média nacional, significando que a gestão com as despesas com pessoal está a ser feita com parâmetros razoáveis que é o comparativo dos 308 municípios portugueses. Quando veem a progressão da Aquisição de Serviços nós esclarecemos onde está a acontecer a maior parte da evolução da Aquisição de Serviços que temos. A primeira linha é nos transportes escolares, a segunda linha onde há mais progressão é na deposição dos resíduos sólidos, a outra onde há uma grande progressão é nos serviços de assistência técnica e a última os encargos e instalações. A maior progressão que aqui está deve-se, de facto, a um aumento da energia elétrica. Todos sabemos que houve um aumento significativo daquilo que são as despesas com a energia elétrica e reflete-se nas nossas instalações e é aqui nesta rubrica que entra. Nos serviços de assistência técnica tem a ver com a passagem das escolas que agora são a 100% do município e todos os contratos de assistência técnica passaram a ser geridos e da responsabilidade do município e tiveram que ser incorporados aqui. Na deposição dos resíduos sólidos tem a ver com o aumento das taxas de deposição da Algar. A Algar no ano de 2021 tinha uma taxa por 100 toneladas de 39 € por 100 toneladas do lixo que depositamos nos Contentores Molok, resíduos sólidos urbanos, não estamos a falar dos seletivos porque esses não pagamos nada, esses são recolhidos e por isso é que temos de cada vez mais de reciclar mais e melhor, é a nossa responsabilidade com os nossos e a nossa responsabilidade com o município, sensibilizar cada vez mais. Por tudo o que vai para os Moloques há uma taxa de deposição que é paga à Algar, por cada tonelada o preço passou de 2021 de 39 € para 68 € em 2022, pela mesma tonelada, e em 2023 vai passar para 83 € a tonelada. Nos transportes escolares, que se relaciona com o aumento do número de alunos, temos 2882 alunos no total que estão a ser servidos pelos transportes escolares neste ano letivo. O número total de quilómetros, se vocês quiserem recuperar está na apresentação do ano passado, nós tínhamos cerca de 2.000.000 de quilómetros percorridos no serviço dos transportes escolares no ano letivo de 2021-2022 e representava os 3.000.000,00€ de custo que estava orçamentado. Neste momento nós temos 3.000.000 de quilómetros, sendo que o valor do quilómetro também aumentou porque os combustíveis aumentaram. Se vocês forem ver, os concursos são públicos e estão na plataforma Base.gov, o preço por quilómetro acabou por aumentar de 0,80 € para cerca de 1,20 € neste momento por quilómetro. ----- Outra questão que importa aqui reter é o aumento das transferências para as competências para as Juntas de Freguesia. Os contratos interadministrativos têm um valor e a seguir tem a delegação de competências. Já no ano passado estava sinalizado, nós estávamos a transferir em 2022, 8.800.000,00 € e já se sinalizava no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ano passado na apresentação do orçamento que passaria este ano de 2023 de 11.300.000,00 €, é uma progressão de 29% de transferências que a Câmara Municipal transfere diretamente para as Juntas porque as Juntas estão efetivamente mais próximas dos fregueses, fazem um trabalho de proximidade e estão agora a ser capacitadas de fazer um trabalho tão bom ou melhor do que se fazia.----- Grande Opções do Plano. Pessoas e Famílias é o primeiro eixo estratégico, aqui estão os valores do investimento neste quinquénio, com uma progressão de 24% em relação ao orçamento do ano passado e a maior progressão está na Educação com 67,1% de progressão de investimento e em plano de atividades municipais nas Grandes Opções do Plano. Todos os principais investimentos e atividades do município têm os ODS para poderem perceber que há uma ligação direta daquilo que é a nossa política e aquilo que são os objetivos de desenvolvimento sustentável. Uma vez que em apresentações anteriores já se dizia que as Grandes Opções do Plano – aqui com imagens do que está a acontecer vertido nas Grandes Opções do Plano do ano passado – Creche do Forte Novo, passamos para 120 crianças, aqui é só para dizer que não são só investimentos, são transportes escolares, refeições escolares, os cadernos de apoio para todos, férias para todos. Outra das obras que está em concurso público para ser lançado e a empreitada começar muito brevemente, a Escola Duarte Pacheco. Clona, já está o concurso público lançado, com prévia qualificação na habitação e já está em execução o Complexo de Saúde em Loulé e em velocidade vertiginosa, aparentemente. O segundo eixo estratégico, Mobilidade e Qualidade de Vida, dentro da qualidade de vida um dos fatores importantes é a rede de abastecimento de água e saneamento, há uma progressão de 20% para 74.600.000,00 € de investimento só nesta área. Aquilo que diz respeito à mobilidade e para mais uma vez demonstrar que não é só o que se escreve e não são só as intenções, está em execução a empreitada, está aqui a Circular Norte de Loulé para a promoção da mobilidade na cidade de Loulé. A Ação Climática, o terceiro eixo apresentado no início da apresentação com a progressão de 45,2% em relação ao orçamento do ano passado. Sinalizar que o município de Loulé foi o primeiro município a nível nacional a ter um Plano de Ação Climática aprovado com medidas concretas a serem implementadas e aqui estão algumas das imagens daquilo que já está a acontecer. Quarto eixo estratégico, Cultura e Desporto, mais uma vez aquilo que está no Relatório não são todos os investimentos e todas as atividades, são apenas algumas das principais. Terão de ir ao PPI e ao Plano de Atividades Municipais para ver em todo o detalhe, aqui estão apenas as principais, mas com uma progressão de 23,8%. Outra das obras que estava prevista e planeada e que foi a concurso público e está em execução, o Pavilhão Multiusos Desportivo de Almancil, com 13.400.000,00€ em execução e que estará concretizado muito brevemente.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que disse que todas as propostas são documentos muito densos e penso que falo não só pela bancada do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

PSD, mas por todas as bancadas, se enviassem estas apresentações mais cedo seria muito mais fácil para nós esta análise de documentação e até seria melhor para o Vereador que anda sempre em contratempo para tentar apresentar tudo.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que queria começar por falar da Fiscalidade. Nós concordamos com o proposto em termos de fiscalidade e outra coisa não seria de esperar senão a manutenção da fiscalidade municipal em vigor. Esperávamos, no entanto, que a Câmara Municipal mostrasse maior abertura face à situação atual das famílias, particularmente para aqueles que perderem rendimentos. Nesta matéria a Câmara Municipal não inovou nada, não atendeu às propostas do Bloco de Esquerda e nem sequer teve em atenção aos fatores externos decorrentes da pandemia agravados agora pelos efeitos da guerra, do agravamento da inflação, e da subida das taxas de juro nos empréstimos à habitação. Nós tivemos a oportunidade de mandar alguns contributos e aquilo que propúnhamos era que em sede de IMI ocorresse uma majoração de 20% nos imóveis degradados ou devolutos, o alargamento da redução de 30% nas localidades rurais nas freguesias de São Sebastião e Boliqueime, à semelhança do já praticado em outras freguesias, uma bonificação de 20% nos imóveis com contrato de arrendamento, como forma de incentivar o arrendamento legal e escrito, bonificação de 20% nos imóveis de famílias que perderam rendimentos por via da crise ou por agravamento dos contratos de empréstimo para a aquisição de habitação permanente.-----

Em termos de orçamento, na reunião informativa promovida pelo Senhor Vereador com todos os partidos, tomamos conhecimento das linhas estratégicas que iriam constar no documento e a título figurativo alguns pormenores. Rapidamente percebemos que não nos seria cedido cópia da apresentação para podermos analisar com mais tempo. Aquilo que nos foi apresentado não refere substancialmente o documento aprovado. A primeira nota positiva, contrariamente à Senhora Deputada do PSD, é que este documento permite uma consulta mais fácil e nós comprovamos porque há o acesso ao Relatório à parte, o acesso aos orçamentos das empresas municipais à parte, e como tal de leitura mais fácil.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que respondeu à Deputada Cláudia Mendes, dizendo que a apresentação é um documento interno trabalhado com base nos elementos que são enviados, portanto, esta informação não é nada que não esteja lá. Confesso-lhe com franqueza que é um documento que é trabalhado até ao limite do momento, ainda agora estava a receber elementos novos que não partilhei aqui, por exemplo, o município de Loulé tem a terminar em 2023 com contratos a termo certo 139 colaboradores, e isso significa que para além da média das 100 pessoas que saem por questões de mobilidade, aposentação, infelizmente por saúde ou porque já não estão cá connosco, há a agravante de mais 139 contratos a termo certo que terminarão em 2023 e a maior parte deles não podem ser renovados, e essa era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma questão que estava a receber aqui em tempo real. Se eu envio a apresentação, vocês depois vão-me dizer que não tinha a informação que vinha apresentar, essa é uma das principais razões. -----

Respondendo ao Deputado Carlos Martins sobre as propostas que fez, elas obrigam a um regulamento específico, isto é, as questões que são permitidas por lei nós podemos defini-las naquilo que é a decisão do Executivo municipal, as decisões de majoração ou especificidades particulares que se criem para algo que não está previsto na lei têm de ser determinadas com regulamento municipal. Posso dizer-lhe que temos feito várias reflexões e sabemos perfeitamente aquilo que está a acontecer na realidade económica e financeira das famílias e aquilo que estimamos, infelizmente, que venha a acontecer no próximo ano, e há rúbricas que estão devidamente reforçadas. Vou-lhe dar um exemplo, a rúbrica Loulé Solidário / Habitação que também entra o valor adstrito às rendas que são apoiadas pelo município tem um valor de 2.759.000,00 € para 5 anos, sendo que o valor real de investimento do município à data é de 193.000,00 €. Se fizéssemos uma regra de três simples a 200.000,00 € por cinco anos podem ver que o valor que estamos a cabimentar nas Opções do Plano é duas vezes superior do valor real de despesas que temos no momento pois acreditamos que vai haver mais pessoas a necessitarem do apoio de Loulé Solidário. Aliás, a Senhora Vice-Presidente até pode esclarecer melhor do que eu, está a ser trabalhada a revisão desse regulamento para que mais famílias possam efetivamente serem apoiadas. Há medidas de apoio que olhando para os números não se percebem bem, mas eles estão intrinsecamente aqui refletidos nas estratégias do município.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião (Analídio Ponte)**, que disse que ficava mal da sua consciência se não fizesse um relevo aos investimentos que vão ser feitos na freguesia de São Sebastião, mormente aquilo que é uma necessidade básica das populações e que tanto pedem que é o investimento em água e esgotos na zona de Vale Telheiro na EN125 e no Sobradinho, Alfeição e Lagoa de Mornprolé. São investimentos previstos e a concretizar até 2027, espero verdadeiramente que assim seja, pelo menos é o que está consignado no PPA. Ressalvo também investimentos em escolas na minha freguesia, como o caso da ampliação da Escola EB 2, 3 Duarte Pacheco, a construção que está a decorrer agora da EB1 e Jardim de Infância Horta de Santo António 2, e também o investimento que está previsto no Quarteirão Cultural que vai abranger as duas freguesias, vai ser uma União de Freguesias, quando se fala tanto de anexações, aqui neste caso uma união cultural. Para terminar, espero que o está aqui consignado como projeto passe a uma realidade que é o Projeto Canil-Gatil Municipal, que as pessoas que moram ali ao redor do Canil muito gostariam de ver deslocalizado para outra zona que não incomodasse as pessoas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções, encaixam no que é o programa eleitoral do Partido Socialista de levar a um conjunto de questões que estão aqui a ser atendidas, mas que nós gostaríamos de relevar, como por exemplo, o caso da EN125 para terminar em 2025, antecipar as medidas de apoio social de um Plano de Emergência Social face à conjuntura da crise que se avizinha. A construção de novas infraestruturas desportivas e requalificação de grande parte das existentes, como a Pista de Atletismo de Quarteira, as bancadas do Estádio de Quarteira, o Estádio Municipal n.º 1 de Loulé, a Pista de Ciclismo e os balneários da Piscina Municipal de Salir. Para concluir, ampliar o cemitério de Loulé, criar espaços ecuménicos para velórios e conferir maior dignidade ao espaço atual. Por fim, era necessário criar a Polícia Municipal, era importante dar os passos no sentido de iniciar-se o processo da criação da Polícia Municipal. -----

A questão levantada em Comissão Permanente da possibilidade de aplicação ou não de uma derrama a grandes empresas que operem no território do município, estamos a falar da PT, EDP, entre outras empresas, independentemente de terem cá ou não sede social, que obtiveram rendas extraordinárias. Se é possível perante a lei cobrar pelos lucros que tiveram à escala do nosso território. -----

Senhor Presidente, na Comissão Permanente decidimos votar estes 3 pontos em separado, c), d), e).-----

O **Presidente da Assembleia** informou que relativamente à Fiscalidade foi feita uma proposta do partido Chega de votar em separado, que também tinha sido a proposta inicial da CDU, a fixação da taxa de IMI, a fixação do IRS e a aplicação da derrama. Por unanimidade, vou passar à votação.-----

Passou-se à votação;-----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2568-2022 [DAF]; -----

A fixação da taxa de IMI, redução de taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias dependentes proposta pelo Executivo: foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 votos contra (CHEGA).-----

A fixação da percentagem referente à participação variável do IRS proposta pelo Executivo: foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (PAN).-----

Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC: foi aprovada por maioria com 33 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS), 2 votos contra (1 CDU, 1 PAN).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que irá entregar uma declaração de voto por escrito.

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, para ler a seguinte declaração de voto: o Partido CHEGA louva que baixem o valor do IMI, mas para nós este imposto nem sequer deveria existir. E enquanto o IMI não for extinto, o CHEGA votará sempre contra, nem que a percentagem seja 0,01%. Nós nunca iremos aprovar o que quer que seja relativamente ao IMI. É uma questão ideológica, há várias questões que nos atormentam em relação a este imposto, nomeadamente, a questão das isenções. Não sei se alguém me sabe informar qual é a média do valor patrimonial dos imóveis sito nas freguesias que o Executivo pretende incentivar para as pessoas irem viver para essas zonas e também gostava de saber quais os motivos que fizeram que as pessoas saíssem dessas freguesias. É por essas questões que não podemos fazer aprovar esta proposta porque não foi pelo facto do IMI ser alto ou baixo que há uma desertificação destas zonas do interior. Era interessante realmente saber pois há vários tipos de isenções de IMI nomeadamente nos imóveis abaixo de 150.000,00 € de valor patrimonial para habitação própria permanente, agregados familiares com rendimentos até 15.255,00 € e os imóveis com o valor patrimonial abaixo de 66.500,00 € e depois há várias entidades, nomeadamente, a Igreja, partidos políticos, edifícios da Segurança Social, sindicatos, associações profissionais, escolas privadas, associações desportivas, sociedades capitais exclusivamente públicos, associações não lucrativas de utilidade pública, enfim, há uma série de entidades que estão isentas de IMI. Mas o povo tem de pagar IMI, quer dizer, nós compramos um imóvel e temos de continuar a pagar uma renda ao Estado todos os anos. Portanto, o CHEGA não aprova nenhuma medida que mantenha a cobrança do IMI.

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que considerando que esta bancada considera que esta proposta de fiscalidade apresentada pelo Executivo não abrange nem favorece a maioria dos cidadãos, nomeadamente, também na redução do valor da taxa de IMI de 20, 40 ou 70 €, na participação variável do IRS e na participação da derrama iremos apresentar à Mesa da Assembleia uma declaração de voto escrita com a nossa posição relativamente ao Pacote Fiscal para 2023. Gostaria de solicitar à Câmara Municipal que quando fornecer estes dados seja justificado esta assumida perda de 3.620.678,00€ na não-aplicação da taxa variável do IRS, qual é o número de pessoas no concelho que beneficia desta isenção e a que escalões estão inseridas.

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que irão chegar à Mesa uma Declaração de Voto por escrito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se ao ponto seguinte; -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2569-2022 [DAF] - Deliberação relativa a **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano 2023**, Propõe-se à Câmara a aprovação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2023 e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 25º, nº 1, al. a) e artigo 33º, nº 1, alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais; -----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que continuando a análise deste Orçamento, até a título meramente comparativo, podemos constatar que o Orçamento do município de Loulé para 2023 se situa dentro dos três primeiros a nível nacional. Naturalmente com Lisboa em primeiro lugar, com 1.300.000.000,00 €, o Porto com 386.000.000,00 € para 214.349 habitantes, Braga 153.000.000,00 € para 192.000 habitantes, Setúbal 183.000.000,00 € para 90.000 habitantes e Coimbra com 175.000.000,00 € para 435.000 habitantes. Loulé apresenta um orçamento com cerca de 250.000.000,00 € para 72.373 habitantes. É nesta realidade que devemos partir para uma discussão séria, honesta, transparente e realista sobre este orçamento. Tem alguma consistência para ser levado a sério, e como o Executivo garante o cumprimento daquilo que está estimado, particularmente ao nível dos investimentos de capital onde afirmam, está escrito, 116.000.000,00 € de obras, quando sabemos que as despesas correntes são 134.000.000,00 €. São fixas e pouco variáveis, como podem garantir as receitas correntes que se situam em 144.000.000,00 € quando grande parte proveniente do IMI 71.200.000,00 €, também sabemos que este imposto também é dependente de diversos fatores e com uma recessão que poderá acontecer a qualquer momento deitará abaixo toda a construção tão bem pensada em termos de orçamento. Estamos aqui apenas a fazer advertências, o IMT não é um imposto garantido e nada nos diz que nos próximos anos isto é o inverso do que tem subido até agora. Por outro lado, as receitas correntes, 144.000.000,00 €, representam mais de 57% do orçamento. Cobrem as despesas correntes, é certo. Segundo as projeções, na página 25, as despesas com pessoal que agora se situam em 48,8% rapidamente chegam a 50% em 2024 e a 53,9% em 2027. No resumo da página 30 podemos verificar que as despesas com pessoal, 48.000.000,00 €, acompanham a aquisição dos serviços externos com 43.000.000,00 €, de onde podemos concluir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apesar do aumento de recursos humanos, que segundo indica para este ano serão de 2064 funcionários, a produtividade não aumenta e o recurso ao exterior cada vez é maior. As obras previstas são as mesmas que foram prometidas em 2022, como tal temos pouco a assinalar. À semelhança da política orçamental virada para a megalomania, verificamos que algumas obras apontam para o mesmo caminho, o Pavilhão de Almancil 14.000.000,00 €, o Mercado de Quarteira, 26.000.000,00 €, mais os edifícios do ABC não sabemos quantos milhões, etc.-----

Registamos com agrado que as verbas previstas nas Grandes Opções do Plano para 2023-2027 para habitação totalizam 41.000.000,00 €, mas pelo passado recente por aquilo que tem sido feito nos últimos anos pela incapacidade técnica demonstrada no planeamento e no lançamento dos concursos das obras, temos dúvidas, mas gostaríamos de acreditar e teríamos todo o gosto em saudar o Executivo pela concretização destas obras.-----

Também destacamos com muito agrado pela primeira vez a “colagem” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável às obras em causa alinhados com os objetivos estratégicos para o município de Loulé e conforme a demonstração da agenda 2030 da ONU.-----

Nós propusemos e enviamos diversas sugestões, certamente algumas estarão diluídas ao longo do orçamento, que não é fácil pois não tem rubricas próprias ficamos sem saber. Alinhamos com a proposta do líder do PS da criação do Fundo Social de Emergência, pois achamos indispensável. Achamos igualmente indispensável o apoio aos cuidadores informais, que neste momento não sei como se processa a nível camarário. Recentemente o município de Cantanhede até foi distinguido pelas boas práticas. Nesta Assembleia Municipal aprovamos por unanimidade em 30 de setembro e gostaríamos de saber se a Câmara Municipal vai dar seguimento a estas recomendações ou não, atribuição de um complemento do subsídio de nascimento a todos os bebés nascidos no concelho de Loulé em 2022, como incentivo à natalidade, um filho 2000€, segundo filho 2500€, terceiro filho e seguinte 3.000 €. Se a Câmara Municipal vai isentar do pagamento das refeições escolares a todos os alunos da Pré-Primária ao Primeiro Ciclo e se a Câmara Municipal vai pagar a todos os estudantes universitários residentes no concelho de Loulé um passe dos transportes públicos no seu trajeto de e para a Universidade do Algarve.-----

Foi dada a palavra à **Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim (Margarida Correia)**, que disse que lhe cabe como Presidente da União de Freguesias tecer algumas notas sobre o orçamento para 2023. Ao contrário do colega Analídio, entristece-me o facto de não ver espelhado nestes documentos qualquer referência a dois eixos importantíssimos para o desenvolvimento da minha Freguesia e restantes, no que toca à habitação e à rede de água e esgotos que em sítio nenhum vejo nomeada qualquer localidade da minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

União de Freguesias.-----
Congratula-me o facto de termos uma rúbrica da construção e recuperação de açudes, que é um tema que eu já abordei várias vezes, sendo que penso que 50.000,00 € distribuídos em 2023 e 50.000,00 € para 2024 será pouca verba, mas espero que alguma verba seja aplicada na ribeira da minha freguesia.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que queria destacar apenas duas questões da página 42 do documento do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. Estão aqui 5.000.000,00 € para a Circular Norte de Loulé, segundas fases, no entanto, no Plano Plurianual de Investimentos aparecem aqui inscritos certa de 4.000.000,00€. Significa que já foi gasto 1.000.000,00 €? -----
Segunda questão, na demonstração dos resultados previsionais, página 178, consta que para 2023 a Câmara Municipal de Loulé vai pagar 643.000,00 € de juros face a 43.000,00 € em 2022. O que é que nos pode dizer sobre isto? -----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que se dirigiu ao Deputado Carlos Martins que mencionou a clareza de informação e o acesso à mesma. Foi uma das questões que o Senhor Deputado no ano passado evidenciou, que gostaria que a informação fosse de mais fácil acesso, tentamos trabalhar nesse sentido. Agora uma opinião pessoal e aproveito para agradecer a uma técnica da Câmara Municipal de Loulé, a doutora Susana Leal, que ajudou imenso a que o documento seja mais fluído e de mais fácil leitura, e acho que se compararem o relatório do ano passado com o de este ano é muito mais simples e muito mais fácil de ler, o que torna a informação mais acessível e mais transparente e era uma preocupação que tínhamos. Só para lhe dar nota, o facto de ter falado do enorme orçamento do município de Loulé. É verdade, o valor do IMT é o que está a alavancar, bem como do empréstimo bancário. Quando apresentei a evolução das receitas evidenciei essas duas questões. Também está claro no Relatório do Orçamento que o valor do IMT máximo permitido por lei é a média móvel dos últimos 24 meses. E serem bem o Relatório, nós já estamos a ter um princípio de prudência naquilo que é a extrapolação desse valor pois só estamos a orçamentar 95% daquilo que era permitido. Essa preocupação de que o IMT possa diminuir já existe e está vertida estatisticamente no Orçamento e é óbvio que o IMT é monitorizado todos os meses. E num mês que haja uma inflexão daquilo que tem sido o nosso histórico, a adaptação do que são os investimentos previstos terá que ocorrer. Vimos aqui a esta Assembleia apresentar, eventualmente, alterações orçamentais que tenham um contexto de valor de impostos diretos, designadamente o IMT distinto do que tem acontecido historicamente. Falou sobre o Mercado de Quarteira, a habitação, são dados que falamos recentemente numa conferência de imprensa e passamos aquilo que eram dados concretos da política de habitação do que está pragmaticamente já executado. É verdade que há a empreitada da Clona com 64 fogos que está em concurso público, há a empreitada do bairro municipal que será



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

lançada no início do próximo ano para a reabilitação do bairro Frederico Ulrich aqui em Loulé. Sobre as restantes iniciativas, tudo o que são subsídios de natalidade, isenções de refeições escolares, que temos de ver por questões jurídicas, e passes de transportes públicos obrigam a regulamentação específica, portanto, é uma decisão que tem de ser trabalhada.-----

No que diz respeito à demonstração de resultados previsionais. Há uma execução expectável do empréstimo bancário de 24.500.000,00 € que temos contratualizado, aproximadamente 16.000.000,00 € de receitas que vamos arrecadar do empréstimo bancário durante o ano de 2023 e isso implica necessariamente que vamos começar a pagar juros. A taxa de juro é de 0,75% sobre a taxa de Euribor a 6 meses, o valor total de juros, se a execução do contrato do empréstimo for na totalidade está nos documentos que ficaram apensos à reunião, da Assembleia Municipal no dia 20 de dezembro de 2022, está lá evidenciado a taxa de juro, a maturidade, o prazo do empréstimo bancário, aquilo que são os encargos associados e o que temos de fazer em termos de princípio contabilístico e financeiro é assumir que se vamos executar o empréstimo bancário, é um tema que virá já de seguida, temos de ter os encargos financeiros. A outra questão não percebi, mas se quiser eu poderei esclarecer por escrito. -----

Foi dada a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, que informou relativamente à intervenção do Deputado Carlos Costa, que sobre a Polícia Municipal na próxima Reunião de Câmara irá já a proposta de Regulamento para iniciar o período de discussão pública. Já demos início ao procedimento, há 2 reuniões de Câmara atrás o início do procedimento, uma primeira audiência prévia e agora na próxima reunião de Câmara no dia 19 de dezembro vai a proposta de Regulamento. -----

Sobre o Cemitério Municipal, está a ser desenvolvido um projeto para ampliação numa área adjacente de cedência a norte, estamos a trabalhar afincadamente nesta matéria. Sobre os transportes escolares para estudantes universitários, dizer ao Senhor Deputado Carlos Martins que estamos neste momento a estudar isso para implementar, foi uma boa proposta que o Bloco de Esquerda nos fez e que concordamos e que entra perfeitamente com a nossa política de ação climática.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que explicou que em relação ao valor total do orçamento, quando o Deputado Carlos Martins compara 250.000.000,00 € a outros municípios, não está a comparar um orçamento que não é inicial. O orçamento inicial do município de Loulé é de 175.814.000,00 €. Coisa distinta é comparar um orçamento após a integração do saldo de conta de gerência. Compararmos orçamentos iniciais com orçamentos após a integração das contas de gerência depende. Por exemplo, o município de Lisboa que elencou seguramente após a integração do saldo de conta de gerência, até porque em termos de valores de IMT está a progredir muito significativamente pelas questões que acabei de evidenciar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aqui, não só o valor do m², mas também pela alteração da lei do Orçamento de Estado e da taxa máxima de IMT, vai ter um orçamento muito superior do que é o orçamento inicial. E já agora que estamos a falar da capacidade de investimento do município de Loulé, se repararem no anuário financeiro dos municípios portugueses, de 2010 a 2021 o município de Loulé tem por habitante um investimento de 4.333 €, é o segundo maior do país em termos de investimento por habitante. Temos que fazer mais? Temos. Temos mais empreitadas em vista, seguramente, mas a média dos municípios em Portugal é de 2.151 €, portanto, estamos acima, o dobro do que é o investimento por habitante.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, para responder à Presidente da União de Freguesias, que a questão dos açudes faz parte de um plano amplo que nós temos, projetos dessa natureza para criarmos bacias de retenção e ao mesmo tempo reabilitar muitos dos açudes que existem nas linhas de água, por isso, é bem-vinda a sua observação.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que questionou se realmente o orçamento foi feito com base nestes 250.000.000,00 € ou se foi na base de menos 116.000.000,00 €. Portanto, tudo o que está aqui em termos orçamentais, segundo o que está aqui feito, é com base nos 250.000.000,00 € de orçamento final para 2023, portanto, não percebo qual é o problema, se está errado a culpa não é minha.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que respondeu que mesmo as regras de equilíbrio orçamental, tudo o que foi apresentado é com base no orçamento inicial. O peso das despesas de pessoal sobre as despesas totais é feito com base nas receitas e despesas iniciais. A integração do saldo de conta de gerência contribui para as Grandes Opções do Plano. Aí sim, está integrado na perspetiva dos investimentos e depois está vertido no Plano Plurianual de Investimentos, que é o ponto seguinte, está de facto integrado nesse momento, mas a gestão corrente da Câmara Municipal tem a ver com este orçamento inicial. Tanto é que esse valor adicional é implementado, como eu disse na Assembleia Municipal em fevereiro, é incorporado numa modificação orçamental, por isso é que é uma modificativa, ou seja, o orçamento fica aprovado com 175.000.000,00 €, é precisamente como inicia a 1 de janeiro depois de aprovado por esta Assembleia, se assim for. Todas as rubricas estão abertas para as receitas e as despesas para esse objetivo. A partir da modificação orçamental, que é feita em todos os municípios, passará para 250.000.000,00 € previsivelmente. Como eu comecei por dizer e acho que fui claro na minha apresentação, o saldo de conta de gerência é só apurado após 31 de dezembro mediante os mapas de fluxos de caixa. Já agora creio que a questão que foi colada pelo Senhor Deputado João Carlos Santos tinha a ver com os diferentes valores da Circular Norte. Há de facto uma diferença que tem a ver com a previsão já daquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pode ser a revisão de preços da empreitada, como temos tido várias revisões de preço o orçamento já está a contemplar uma margem para essa revisão de preços.-----

Foi dada a palavra à **Vereadora Ana Machado**, para responder ao Deputado Carlos Martins sobre cuidadores informais. Não temos formalmente nenhum instrumento para isso, na prática fazemo-lo. Fazemos com apoio psicológico, apoio social, aconselhamento, grupos de apoio e estamos em via de formalizar o nosso Balcão da Inclusão para poder formalizar esta Rede que na prática existe e que presta um apoio integrado com a saúde. A nível muito concreto, os trabalhadores da Câmara no âmbito da política de conciliação beneficiam de 2 horas diárias aqueles que têm já reconhecido o seu estatuto nos termos da lei, beneficiando da redução de 2 horas na sua jornada diária para prestar apoio aos seus entes que beneficiam de cuidados.----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor (21 PS, 2 PSD, 1 BE), 8 votos contra (5 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS) e 2 abstenções (1 CDU, 1 PAN).-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Márcio Rodrigues (PSD)**, que leu a seguinte declaração de voto. Vem a bancada do grupo municipal do PSD Loulé justificar o seu voto no que se refere ao Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 apresentado pelo Executivo municipal. Proliferam os aumentos de custos fixos, recursos humanos e outras despesas que são assumidas numa ótica de continuidade sustentadas na obtenção de receitas que não têm as mesmas características. O IMT varia consoante as dinâmicas do mercado imobiliário, algo que até ao momento tem sido favorável à Câmara Municipal de Loulé, mas sem certezas quanto ao futuro. O município tem conseguido ter ao seu dispor ano após ano e nos últimos anos os orçamentos mais elevados do país. Este ano vai ser o quarto maior. No entanto, isso não tem significado que a Câmara Municipal de Loulé tenha conseguido resolver os problemas crónicos do concelho quando comparado com outros municípios que competem com Loulé em matérias fundamentais para melhorar a sua atratividade e permitir a fixação de pessoas em busca da qualidade de vida e das infraestruturas que tanto desejam. Com um saldo de gerência de 80.000.000,00 € questiona-se porque é que continuam sem resolução obras de tão grande importância como a cobertura do concelho com águas e esgotos, as melhorias e as manutenções das suas principais infraestruturas desportivas e sociais, assim como a requalificação das suas redes viárias. Loulé tem desde há algum tempo todas as condições para ser o concelho liderante do Algarve. No entanto em muitas áreas continua a estar muito aquém das expectativas, de todos aqueles que escolhem Loulé para viver, trabalhar e investir ou simplesmente para desfrutar de momentos de lazer. Constata-se igualmente que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

projetos com carácter plurianual que neles se encontram inscritos deslizam de ano para ano. Muitas vezes engrossando as verbas a si adstritas. A exemplo o projeto Quarteirão Cultural que tinham o orçamento inscrito no ano passado de 10.000.000,00 € e no ano de 2023 já apresenta 12.300.000,00 €. Este orçamento que com a incorporação do saldo de gerência irá rondar os 250.000.000,00 € não passa de retórica e puro ilusionismo político e não é mais do que um conjunto de boas intenções sem qualquer garantia de concretização. Antes pelo contrário, algo a que o Partido Socialista nos tem habituado ao longo dos últimos anos. E a bancada do grupo municipal do PSD não afirma isto de forma leviana, olhamos para o que tem acontecido nos últimos anos em que os orçamentos apresentados não têm sido concretizados e obras estruturantes ano após ano têm-se arrastado, continuando por concretizar, adensando um perpetuar das carências dos munícipes do nosso concelho. O que dizer, por exemplo, do Mercado do Peixe e da Fruta em Quarteira inscrito em 2019, quanto é que nele é que já foi gasto em projetos? Em 2022 tinha 20.855.000,00 € alocados. Agora em 2023 tem 25.000.000,00 €, mais 4.000.000,00 € aqui inscritos sem explicação alguma da Câmara Municipal de Loulé. A Circular de Loulé que tinha previsto 4.250.000,00 € e conclusão da obra em 2023 e que se vê arrastada para 2024. E apenas para dar mais um último exemplo de como este documento não passa de uma fantasia, mais uma, vendida às louletanas e aos louletanos deste concelho, com o intuito de apenas fazer de conta que se faz algo. Em 2021 no Orçamento da Câmara Municipal para 2022 as bicicletas partilhadas tinham duas rúbricas nas Grandes Opções do Plano. Agora em 2022 no Orçamento da Câmara Municipal para 2023 vejamos como evoluíram essas duas rúbricas, o sistema de bicicletas partilhadas continua com 1.000,00 € e em 2023 mais 6.000.000,00 €. Implementação de bicicletas partilhadas com mais uma rúbrica nas Grandes Opções do Plano. O programa digital orientado em desenvolvimento económico e social do interior do concelho tem verba inscrita para gastar entre 2023 e 2027. Por tudo isto e muito mais, foi por isto que a bancada do PSD votou contra pois pese embora concordamos com os projetos e com as prioridades neles contidos, não podemos compactuar com este reiterado engano às populações que acham sempre que todos os seus problemas vão ser resolvidos quando sabemos que isso não acontece por falta de concretização, por falta de ambição, mas apenas por falta de capacidade do Executivo.-----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que o Regimento é algo que nos rege a todos, por isso é que se chama regimento. No artigo 65.º na Declaração de Voto diz que tem o limite máximo de 2 minutos. Eu não quero ser acusado de estar a cortar o direito, nem a liberdade de expressão de ninguém, nem o direito ao contraditório, mas os grupos municipais devem adaptar as suas intervenções ao tempo que o Regimento prevê. Ou então fazem um resumo e entregam a declaração de voto completo à Mesa. Portanto, para efeitos de intervenção, hoje já abri várias exceções, não quis que agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

à última da hora viessem dizer que não vos deixei expor as vossas objeções e a vossa razão de votar contra o Orçamento. O Orçamento também é um documento importante, se calhar 2 minutos para uma declaração de voto é pouco, façam sugestões para a revisão do Regimento. Até lá vamos fazendo um esforço para o cumprir. Mais informou que assumiram um compromisso de aceitar a apresentação em bloco de 3 documentos para a votação seguida desses 3 documentos. Estão votados 2, falta votar 1, ainda falta eventualmente discuti-lo, caso queiram. Eu acho que a Assembleia deve honrar os seus compromissos, se pedimos ao Executivo a apresentação em bloco eu acho que não devemos sair daqui independentemente da hora sem ver este documento que são os compromissos plurianuais.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que informou que irão entregar uma declaração de voto por escrito.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que apesar de reconhecerem que em algumas áreas o Executivo tem tido um bom desempenho e que até teve em conta algumas medidas propostas pelo Partido CHEGA e que tem vindo a fazer um esforço para mitigar alguns problemas do concelho não podemos votar a favor deste Orçamento. Em termos de habitação, o Executivo tem algumas soluções pensadas, nomeadamente a habitação a preços acessíveis e custos controlados, mas na nossa opinião será insuficiente. Porque não fazerem parcerias com o privado para tentar de uma forma mais rápida colmatar este grande problema que é a habitação. Temos de atrair investidores e incentivar o empreendedorismo, não podemos contar só com o turismo. Na saúde sabemos que estão também a ser realizadas obras nesse sentido, mas não podemos descurar as pessoas do interior providenciando meios para que possam ter acesso à saúde que merecem. O Partido CHEGA, irá continuar a lutar pela construção do novo Hospital Central, não é justo que as pessoas esperem anos por uma consulta de especialidade ou tenham que ir para Lisboa ou até Espanha para solucionarem os seus problemas. Este Orçamento é mais do mesmo pois continuam a existir vários problemas por resolver, nomeadamente falta de estacionamento, falta de creches, falta de condições na saúde, falta de habitação, falta de capacidade para fixar a população nomeadamente do interior inclusive, falta de saneamento, escassez de mão-de-obra o que afeta a criação de riqueza. É preciso criar um concelho atrativo e competitivo, oferecendo meios para a implementação de novas empresas. É necessário reformar e fortalecer a economia, ajudando as famílias e as empresas. Seria este o momento de fazer mais alterações fiscais para aliviar os bolsos da população. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2570-2022 [DAF] - Deliberação relativa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aprovação dos Compromissos Plurianuais - Ano 2023, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; -----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que manifestou o seu impedimento na discussão e na deliberação.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse a apresentação das Grandes Opções do Plano tem uma série de investimentos que vão percorrer os próximos 5 anos. E a aprovação que vamos fazer daqui do Plano Plurianual de Investimentos é verter anualmente esses investimentos que estão previstos no documento que apresentei.-----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor (20 PS, 2 PSD, 1 BE), 6 votos contra (5 PSD, 1 CDS) e 4 abstenções (2 CHEGA, 1 CDU, 1 PAN).-----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O **Presidente da Assembleia**

O **1º Secretário em exercício**

A **2ª Secretária em substituição**

DECLARAÇÃO DE VOTO FISCALIDADE MUNICIPAL

Votámos a favor da Proposta da Câmara Municipal n.º 2568-2022 [DAF] – porque, aposta na **manutenção da fiscalidade municipal em vigor.**

Tendo em consideração a actual situação financeira do município, concordamos com a manutenção da taxa mínima de 0,3% IMI, na redução de 30% da taxa nas freguesias do interior sujeitas a uma progressiva desertificação; no apoio às famílias consoante o número de filhos; na devolução de 0,5% IRS aos contribuintes residentes no concelho e ainda, na isenção da Derrama para as empresas em sede de IRC.

Esperávamos no entanto que a câmara mostrasse maior abertura. tendo em consideração à situação das famílias, particularmente para aquelas que perderam rendimentos. Nesta matéria a câmara não inovou nada, não atendeu às propostas do BE, nem sequer teve em atenção aos factores externos decorrentes da pandemia, agravados agora pelos efeitos da guerra, do agravamento da inflação e da subida das taxas de juros nos empréstimos para a habitação.

Todavia, em termos de IMI, o executivo poderia ter sido mais inovador, ter aproveitado o previsto na lei e as propostas apresentadas pelo BE durante a elaboração do Orçamento para 2023, tais como:

- **Majoração em 20% os imóveis degradados ou devolutos (incluindo terrenos localizados nas zonas urbanas;**
- **Bonificação de 20% nos imóveis de famílias que perderam rendimentos por via da crise ou que, com contratos de empréstimos para habitação permanente e ainda aos imóveis dedicados à actividade das empresas sediadas no concelho; conómica;**
- **Aplicar uma redução de 20 a 30% nos imóveis desocupados, como incentivo ao arrendamento e Bonificação de 20% nos imóveis com contrato de arrendamento; ;**
- **Alargamento da redução dos 30% nas localidades rurais das freguesias de S. Sebastião e Boliqueime, à semelhança do já praticado nas outras freguesias da serra e barrocal;**

Loulé 12 de Dezembro de 2022



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
(Carlos José da Silva Martins)

